

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO LUIZ ALMEIDA DE CAMARGO

A GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI: A PERCEPÇÃO DA  
COMUNIDADE DE BARBADOS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO  
PLANO DE MANEJO.

PONTAL DO PARANÁ

2013

JOÃO LUIZ ALMEIDA DE CAMARGO

A GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI: a percepção da comunidade de Barbados sobre o processo de elaboração do Plano de Manejo.

Monografia apresentada ao curso de graduação em Oceanografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Oceanografia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pereira Medeiros.

PONTAL DO PARANÁ  
2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE:  
UFPR / SIBI - Biblioteca do Centro de Estudos do Mar

Camargo, João Luiz  
C172g A gestão do Parque Nacional do Superagui: a percepção da comunidade de  
Barbados sobre o processo de elaboração do plano de manejo. / João Luiz Camargo. –  
Pontal do Paraná, 2013.  
88f.; 29 cm.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pereira Medeiros.

Monografia (graduação) – Curso de Oceanografia, Centro de Estudos do Mar,  
Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

1. Recursos naturais - Conservação. 2. Gestão participativa. I. Título. II.  
Medeiros, Rodrigo Pereira. III. Universidade Federal do Paraná.

CDD 333.72

## TERMO DE APROVAÇÃO

**João Luiz Almeida de Camargo**

**“A GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI: a percepção da comunidade de Barbados sobre o processo de elaboração do Plano de Manejo”**

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Oceanografia, da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>.Katya Regina Isaguirre-UFPR

Dr. Luiz Francisco Ditzel Faraco-ICMBIO

  
Prof.Dr.Rodrigo Pereira Medeiros-CEM/UFPR  
Presidente

Pontal do Paraná, 19 de dezembro de 2013

**“Conheço muitos que não puderam quando deviam, porque não quiseram quando podiam.”  
Françoise Rabelais**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à vida, à natureza e aos mestres, que no meu caminho fizeram refletir sobre a essência da vida. Aos desafios que permitem a evolução constante e ensinam esperar pacientemente o melhor momento e a coragem de enfrentar e persistir quando menos estamos preparados.

À minha família, responsáveis por ter chegado até aqui e ter vivido momentos incríveis e espirituais que me ajudaram a compreender a importância de ver a vida de uma maneira especial. Assim ensinam diariamente o exercício contínuo que é amar incondicionalmente. A base é que estrutura tudo!

Aos amigos verdadeiros que perseveraram enquanto o tempo passa e que proporcionam momentos que libertam com arte, alegria e criatividade.

Aqueles que acreditaram e acreditam em meu potencial (apesar das inúmeras falhas do caminho) me orientando, criticando, questionando e aconselhando, proporcionando o crescimento pessoal e profissional.

Como também aqueles que nunca acreditaram em meu potencial (apesar dos inúmeros avanços) quando servem de exemplo e me mostram o que não devo ser.

À companheira que com beleza e carinho faz o mundo se tornar mais doce e colorido.

Aos mestres, guerreiros da paz, sábios e visionários, que praticam as verdades espirituais e mantêm viva a esperança de um mundo harmônico.

À belíssima Pontal do Sul, paraíso. Gratidão!

## RESUMO

O Parque Nacional do Superagui (PNS), localizado no Município de Guaraqueçaba, litoral do Estado do Paraná, é uma unidade de conservação (UC) federal. Quando criada não se foi levado em conta que muito antes já era território habitado e apropriado comunitariamente por diversas populações tradicionais isoladas dos centros urbanos, o que hoje se sabe é a contribuição dos sistemas tradicionais de manejo para o bom estado de conservação da natureza. A participação destas comunidades na elaboração do Plano de Manejo é requisito fundamental para a efetividade da gestão da UC, por isso esta pesquisa buscou compreender as percepções da Comunidade tradicional de Barbados, sobre o processo de elaboração do Plano de Manejo do PNS, durante o período de 2013. Para isso foram descritos os processos formais de elaboração do Plano e as percepções da comunidade através de observação participante na comunidade e entrevistas com o gestor do PNS e com membros da comunidade. A fase que se encontra tal Plano é de finalização do Diagnóstico. A revisão bibliográfica e as percepções permitiram concluir que a baixa participação e os conflitos permanecem porque as comunidades tradicionais não recebem o devido reconhecimento legal. A solução dos conflitos aponta estar no reconhecimento do território e em um processo participativo de longo prazo para a consolidação de redes e conexões institucionais para a cooperação ao desenvolvimento coerente com a realidade das comunidades tradicionais e os propósitos de conservação, já que a permanência destes conflitos interfere negativamente nos objetivos de gestão da UC.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, Comunidades Tradicionais e Gestão Participativa dos Recursos Naturais, Parque Nacional do Superagui.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1	O CONTEXTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS.....	9
1.2	ABORDAGENS DE ANÁLISE DA GESTÃO DE UCS.....	18
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>25</b>
2.1	OBJETIVO GERAL.....	25
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	26
<b>3</b>	<b>MÉTODOS</b> .....	<b>26</b>
3.1	PESQUISA DOCUMENTAL.....	28
3.2	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	29
3.3	ENTREVISTAS NA COMUNIDADE.....	29
3.4	ENTREVISTA COM O GESTOR.....	30
<b>4</b>	<b>ÁREA DE ESTUDO</b> .....	<b>31</b>
4.1	O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA E AS UCS.....	31
4.2	O PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI (PNS).....	36
4.3	COMUNIDADE DE BARBADOS.....	42
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO 1. HISTÓRICO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL</b> .....	<b>47</b>
<b>6</b>	<b>CAPÍTULO 2. PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DO PLANO DE MANEJO (PM)</b> .....	<b>55</b>
6.1	O PROCESSO FORMAL DO ICMBIO.....	55
6.2	PERCEPÇÕES EM BARBADOS.....	66
6.3	CONFLITOS.....	72
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>80</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>83</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 O CONTEXTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Os espaços naturais vêm sofrendo inúmeras transformações nos últimos anos. Estima-se que as mudanças provocadas pelo homem na estrutura dos ecossistemas nos últimos 50 anos foram maiores do que toda a história da presença humana na terra. As causas principais de mudanças indiretas são devido ao crescimento da população humana, às atividades econômicas e tecnológicas, como também por fatores sócio-políticos e culturais. Os principais causadores de mudanças diretas são as mudanças dos habitats e do clima, a introdução de espécies invasoras, a sobreexploração e a contaminação (MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005).

A zona costeira representa 4% da área total dos continentes e concentra 1/3 da população com grande parte das atividades econômicas mundiais, e abriga uma diversidade de ecossistemas afetados por pressões de atividades econômicas, o que acentua a condição de vulnerabilidade socioambiental (UNEP-ECMC, 2008; DIEGUES, 2008; MMA, 2008).

Segundo informações em sítio oficial do IBAMA, dentre os principais biomas ameaçados na zona costeira / litorânea do território brasileiro está a Mata Atlântica, com cerca de 70% da população brasileira, abrangendo 15 estados. Além da biodiversidade e dos recursos naturais fundamentais a sobrevivência de diversas famílias, este bioma possui serviços ambientais fundamentais para a manutenção dos ecossistemas costeiros, desde o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul.

Dentre os ecossistemas de grande importância estão os manguezais, que cobrem uma área de cerca de 14.000 Km<sup>2</sup>, podendo cobrir 25.000 Km<sup>2</sup>, quando considerados os marismas, estuários, lagunas e enseadas. As vegetações costeiras como mangues, marismas e restingas têm função importante tanto para a fixação do solo costeiro, como para a reprodução abrigo e alimento para a biota marinha e costeira. Porém estão constantemente ameaçadas com a ocupação urbana no litoral. Não somente a flora e a fauna dessa região estão ameaçadas pelo crescimento urbano desordenado, como também as comunidades litorâneas

tradicionais como os jangadeiros, praieiros, caiçaras e açorianos, que muitas vezes dependem da pesca artesanal e do extrativismo dos recursos naturais para a sua sobrevivência. Tais comunidades têm sofrido um processo de empobrecimento econômico e cultural, com a crise na pesca artesanal, a degradação ambiental do espaço costeiro e a especulação imobiliária para o turismo de veraneio (ASMUS & KITZMANN, 2008).

O crescimento das cidades, especialmente na Revolução Industrial, juntamente com o crescimento das populações urbanas tornam mais evidentes os efeitos ambientais das atividades industriais, o que mobiliza ambientalistas, cientistas, estudiosos e simpatizantes para a preservação da natureza contra a ação depredadora do ser humano. Portanto, resguardar partes da natureza era indicado como a solução (DIEGUES, 2001a).

Entre os instrumentos de conservação e manejo da biodiversidade, as áreas protegidas possuem um histórico relacionado às antigas civilizações, através de “santuários naturais” que representavam espaços sagrados de reservas de caça (OLIVEIRA, 2005).

O Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872 nos Estados Unidos, foi o modelo formal inicial de criação de áreas naturais protegidas. O objetivo principal dos preservacionistas norte-americanos era reservar regiões isoladas de grande beleza cênica, onde os habitantes das cidades pudessem apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Porém, desde o marco do modelo de Yellowstone surgem conflitos com os territórios, considerados vazios, ancestralmente ocupados por populações tradicionais, que foram pressionadas na maioria dos casos a deixar essas áreas (DIEGUES, 2001a).

A seguir, diante da demanda por uma definição internacional sobre esta categoria de áreas protegidas, é então aprovada na Convenção da preservação da Flora e Fauna, no ano de 1933 em Londres, três características dos Parques Nacionais: a) são áreas controladas pelo poder público; b) para a preservação da flora e fauna, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida e c) que devem servir à visitação pública (DIEGUES, 2001a). Contudo, a definição proposta até então, não contemplava a diversidade de objetivos de conservação possíveis para as áreas naturais protegidas, por isso em 1948 foi criada a *Internacional Union for Conservation of Nature* (IUCN), encomendada para propor categorias gerais de unidades de conservação, que contemplassem

diferentes objetivos e nomenclaturas para serem adotadas pelos países (DIEGUES, 2001a).

Somente na década de 1980 é que foram incluídas áreas protegidas em que o uso direto dos recursos é permitido e onde as populações podem viver permanentemente. O marco internacional foi em 1982, o terceiro Congresso mundial de Parques Nacionais, em Bali, que se reafirmam os direitos das sociedades tradicionais e sua determinação social, econômica, cultural e espiritual, recomenda-se aos responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas que respeitassem a diversidade dos grupos étnicos e que as decisões de manejo deveriam ser conjuntas as autoridades locais. No ano de 1986 no quarto Congresso Mundial de Parques Nacionais, foi identificado que 86% dos Parques da América do Sul eram ocupados por populações permanentes (OLIVEIRA, 2005; UINC, 2003).

No Brasil, a exemplo de outros países a discussão de áreas naturais protegidas é conduzida em torno das Unidades de Conservação (UC). Anteriormente, a base legal era o Código Florestal de 1934, atualmente o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000, 2002) define as UC como sendo divididas em dois grupos: a) as unidades de proteção integral, nas quais é permitido apenas o uso indireto, o qual não envolva consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais, ou seja, é permitido apenas atividades de educação ambiental, turismo e pesquisa científica (Estação Biológica, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre); e b) as unidades de uso sustentável, nas quais é permitido o uso direto e sustentável dos recursos naturais, ou seja, aquele que envolva coleta e uso comercial ou não e ainda garanta a perenidade dos recursos e dos processos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e Reserva Particular do Patrimônio Natural) (BRASIL, 2000).

As UC podem ser criadas nos níveis Federal, Estadual e Municipal. Elas são geridas pelos órgãos gestores apoio e a participação dos seus Conselhos, podendo ser Consultivo ou Deliberativo, sendo que este último as tomadas de decisão são centradas nas comunidades locais e o primeiro é centrado no Estado. Complementar ao SNUC, o Decreto nº 4.340/2002 é a regulamentação que dispõe sobre os princípios e diretrizes da criação e execução do Conselho Gestor como

Instrumento de efetivação das UC (BRASIL, 2002). O Instituto Chico Mendes de Conservação da Diversidade Biológica (ICMBio) é o órgão do Ministério do Meio Ambiente (MMA) executor do SNUC, responsável por propor, implantar, gerir, fiscalizar e monitorar as UC federais (BRASIL, 2007).

Dentre as considerações deste decreto está a representatividade da sociedade civil nesses espaços, que juntamente com o Plano Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006), reforça que essas áreas devem ser geridas de forma participativa. Significa que a sociedade deve ser representada em seus diversos setores e segmentos que sejam atuantes e responsáveis pela conservação do território.

Cabe ao órgão executor assegurar a participação efetiva das populações locais nos processos da UC, em especial quando se trata de populações tradicionais que devem ter seus meios de subsistência garantidos (SNUC, 2000), como também a qualificação dos conselheiros para que contribuam efetivamente nos processos de tomada de decisão, considerando ainda, as dificuldades com que as populações tradicionais têm no desempenho da representação formal no Conselho Gestor. Dentre os motivos de criação dos Conselhos, a elaboração do Plano de Manejo, o Zoneamento da unidade e os Termos de Compromisso com as populações residentes, são os assuntos prioritários da sociedade pelo interesse sobre o uso e apropriação dos recursos naturais e do território (MMA, 2004).

Como resultado de trabalhos da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) em 2004 o Brasil reconhece o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) por Decreto Federal nº 5.758 em 2006, com a finalidade de incorporar as estratégias de aliar a conservação da biodiversidade com as demandas socioeconômicas. O PNAP reconhece a necessidade de alternativas de gestão aos ecossistemas costeiros e marinhos, portanto as Áreas Marinhas Protegidas (AMP) são espaços marinhos e costeiros protegidos que têm sido criadas em regiões de grande biodiversidade e a sua consolidação tem relevância para a subsistência, cultura e sobrevivência de sociedades tradicionais (DIEGUES, 2008).

A IUCN define as AMP como “qualquer área de terreno intertidal e subtidal que engloba a sua flora e fauna associadas e feições históricas ou culturais, que é reservada por lei, ou por outra forma efetiva, para a proteção de parte ou de todo ecossistema envolvido” (KELLEHER & KENCHINGTON, 1992). São ferramentas de gestão que permitem a utilização da abordagem ecossistêmica e do princípio da

precaução. A implementação e efetivação destas áreas dependem da participação na gestão, compartilhando benefícios econômicos e mecanismos de resolução de conflitos (DIEGUES, 2008).

Segundo dados do IBAMA (2003), a maior parte das áreas costeiras e marinhas de proteção integral conta com a presença de populações vivendo no seu interior, principalmente pescadores artesanais. Mesmo assim baseados em estudos científicos e informações de algumas ONGs, restrições severas vêm sendo impostas no modo de vida de pescadores tradicionais da costa e de ilhas (DIEGUES, 2001a).

A importância das AMP tem crescido tendo em vista a atenção das pesquisas sobre os conflitos socioambientais com as populações tradicionais, já que estes instrumentos de gestão devem envolver a proteção da subsistência da pesca artesanal para as comunidades afetadas na expansão e criação de UC de proteção integral. Dentre as populações tradicionais que ocupam a zona costeira estão os praieiros, na costa Amazônica; os jangadeiros, na costa Nordeste; os caiçaras, na costa Sudeste e Sul; e os Açorianos, na costa Sul (DIEGUES, 2001b, 2008).

Os caiçaras que ocupam desde o sul do Paraná até o sul do Rio de Janeiro, são resultado das diferentes misturas entre índios, negros colonizadores e europeus, com um modo de vida associado à pesca, a pequena agricultura, o artesanato e o extrativismo, tendo desenvolvido tecnologias patrimoniais, um conhecimento aprofundado sobre a natureza, danças e músicas próprias, além de um vasto vocabulário de uso local (ASMUZ & KITZMANN, 2008).

As atenções destinadas às comunidades caiçaras por pesquisadores e órgãos governamentais são em virtude das ameaças crescentes à sua sobrevivência material e cultural e pela contribuição histórica que essas comunidades têm dado à conservação da biodiversidade, por meio do conhecimento cultural sobre a fauna e flora e os sistemas tradicionais de manejo e apropriação dos recursos naturais de que dispõem (DIEGUES, 2002).

No litoral do Paraná é possível encontrar a problemática descrita, no Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), que em seu eixo norte e sul é formado por ambientes costeiros ainda relativamente bem preservados, incluindo áreas extensas de manguezais, com indícios de alterações associadas à intensificação das atividades humanas, como aumento dos níveis de poluição, turbidez e assoreamento, causadas, principalmente, pela expansão urbana e portuária de Paranaguá (LANA *et al.*, 2001).

Portanto, no CEP podemos encontrar um contexto social e natural peculiar, em vista à variedade de ecossistemas naturais associadas à forte polarização urbana e industrial do complexo portuário de Paranaguá e das atividades turísticas do litoral sul. Cenário, também, de diversas situações culturais, desde comunidades isoladas e distribuídas em distintas vilas, que em sua maioria são dependentes dos recursos naturais de uma região restrita no Município de Guaraqueçaba, até os habitantes urbanos de Paranaguá e da orla, como também agricultores de descendência européia em Morretes e Antonina. É possível verificar diversos casos de acesso aos recursos, dependendo, dentre outros fatores, da possibilidade de posse de terra e capital, da legislação ambiental bastante complexa, do grau de participação no mercado e, portanto, nas tomadas de decisão (ANDRIGUETTO FILHO, 1999).

As comunidades da região vêm sendo atingidas por processos de transformação econômica, social e cultural, principalmente das atividades portuárias, turísticas e pesqueiras na região. Aglomerando populações com interesse no desenvolvimento econômico das cidades portuárias como Antonina e Paranaguá, que crescem no interior dos espaços caiçaras (IPARDES, 2001). As características tradicionais sofrem pressões impostas principalmente por agentes externos à região que se apropriaram da terra, e secundariamente (no decorrer da década de oitenta) das restrições ambientais (DIEGUES, 2002).

Apesar de não representar significativamente na economia do Estado do Paraná, a pesca sempre teve um papel importante na história das populações do litoral, já que se trata da principal fonte de proteína e, junto com as roças de subsistência, são a garantia de sustento dessa população (LADEIRA, 1990 *apud*. VIVEKANANDA, 2001). A atividade pesqueira de subsistência, essencialmente artesanal, com comercialização dos excedentes de produção, pode ser dividida em dois segmentos produtivos: a pesca estuarina e marinha/costeira (determinados pelo número de embarcações; uso e potência de motor e o tamanho das embarcações; petrechos, que variam de jerivau, arrasto com portas, redes de caceio, fundeio e lanceio; e dimensões da rede). Os principais pescados são o camarão e peixe, mas a extração de ostras e a captura de caranguejo e siri são atividades que somam na subsistência (IPARDES, 2001).

O município de Guaraqueçaba, inserido no CEP, possui 7.871 habitantes (cerca de 66% moram em zona considerada rural) em uma extensão de 2.020,093

Km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 3,9 hab/Km<sup>2</sup>, distribuídos em mais de 50 vilas e na cidade. Quase metade da população encontra-se na faixa de pobreza, sendo que as principais atividades desenvolvidas são a pecuária, agricultura, produção florestal, pesca e aqüicultura, com 2.018 pessoas ocupando essas atividades. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o mais baixo dos municípios do litoral, com valor médio de 0,659. Guaraqueçaba possui grande importância na conservação da Mata Atlântica, já que cerca de 98,76% é coberto por áreas protegidas e unidades de conservação (DENARDIN, *et al.* 2008; IBGE, 2010).

Dentre as unidades de conservação no Município de Guaraqueçaba está o Parque Nacional do Superagui (PNS) criado em 1989, e ampliado em 1997. Segundo o sítio oficial do ICMBio dentre os objetivos do SNUC o PNS foi proposto como estratégia da preservação de aves marinhas na Praia Deserta e do mico-leão-da-cara-preta, primata descoberto em 1990 e endêmico da área. Ainda o Parque abriga espécies endêmicas e ameaçadas de extinção tais como, mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*), papagaio-da-cara-roxa ou chauá (*Amazona brasiliensis*), suçuarana (*Puma concolor capricornensis*), trinta-réis-real (*Thalasseus maximus*), Ouriço-do-mar (*Paracentrotus gaimardi*), jaó-do-litoral (*Crypturellus noctivagus*), sabiá-pimenta (*Carpornis melanocephala*), gavião-pomba (*Leucopternis lacernulatus*) e bugio (*Alouatta fusca*). A área é considerada Sítio do Patrimônio Natural (UNESCO, 1999), Reserva da Biosfera (UNESCO, 1991) e Patrimônio Natural e Histórico do Paraná, em 1970.

Apesar da importância da região para a biodiversidade, a criação do PNS afetou algumas comunidades que dependem da pesca e agricultura de subsistência, ou seja territórios complexos que envolvem o espaço aquático e terrestre, quando incluídas nos limites: Vila das Peças, Laranjeiras, Guapicum, Tibicanga, Bertioga, Barra do Superagui, Colônia de Superagui, Colônia de Superagui, Barbados, Canudal, Fátima, Ararapira e Barra do Ararapira. Somando seus habitantes, estas comunidades são compostas por aproximadamente 1200 pessoas (VIVEKANANDA, 2001).

Essas comunidades são formadas por populações tradicionais, principalmente caiçaras. Estas possuem grande diversidade cultural e relação antiga de manejo da natureza, baseado em crenças e superstições que envolvem os elementos essenciais que retiram da natureza para sobreviver, como peixe, mariscos, caça, mandioca e madeira, cultura conservada parte pelo isolamento. Em

algumas comunidades as populações já demonstram alterações em seus modos de vida tradicional, adotando algumas atividades para obter retorno econômico, como a prestação de serviços temporário local (pedreiro, servente, canoeiro e afins), e mais recente, serviços prestados para turistas (caseiros, construção civil, reparos e serviços para a pesca turística), pequenos comércios, e remanescentes práticas de artesanato) (IPARDES, 1997).

Segundo Ibase (2006), desde a década de oitenta com o início da criação das unidades de conservação da região de Guaraqueçaba, como em outras regiões do Brasil, deve ser lembrado o histórico de conflitos e da falta de diálogo entre os órgãos ambientais e agentes sociais envolvidos na temática de áreas protegidas. Isso tem gerado mútua desconfiança e afastamento, o que dificulta a reversão do cenário centralizado de gestão ambiental dominante no país.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelos órgãos executores para efetivar a gestão participativa das unidades de conservação, temos que grande parte das unidades não possuem o principal instrumento, o Plano de Manejo, ou os processos formais de criação e consolidação atropelaram o processo participativo e não tem o apoio e reconhecimento das comunidades afetadas. Isso corre pela falta de recursos para as ações de manejo e de preparo para a resolução de conflitos associados à criação das UC, que na maioria dos casos não foi feita a ampla Consulta Pública, prevista no SNUC e PNAP (BRASIL, 2000, 2006; DIEGUES, 2001a).

Portanto, a participação se torna o elemento fundamental para o processo de tomada de decisão, apesar de que atualmente a efetivação seja baixa. O processo reconhecido como participativo tende a ser mais legítimo, tal participação pode assumir o caráter passivo ou manipulado até mobilizador e que promova a autonomia para a resolução de problemas e conflitos. Isso significa que a gestão dos recursos naturais deve estar fundamentada na abordagem da participação e permitir a inserção dos usuários dos recursos e do conhecimento tradicional (MEDEIROS, 2009).

Para Pimbert & Pretty (2000), o manejo sustentável de áreas protegidas é conflitante entre a contradição do controle estatal e a participação autônoma, mas que podem ser resolvidos por meio de acordos negociados entre o governo e comunidades locais. A participação genuína dessas comunidades em todo o processo de criação, implementação e gestão, implica em uma mudança de

participação mais passiva, consultiva, para uma forma mais interativa e atribuidora de poder.

Diante deste contexto é que o Parque Nacional do Superagui (PNS), assim como outras unidades de conservação do CEP e em outras regiões do Brasil, não possui o Plano de Manejo. No entanto, desde de 2006, o PNS possui seu Conselho Gestor, de caráter consultivo, que trabalha os assuntos de interesse na unidade.

Segundo o SNUC, o Plano de Manejo é um documento técnico, fundamentado nos objetivos da Unidade de Conservação, no qual se estabelece seu zoneamento e as normas que devem gerir o uso da área e dos recursos naturais. Elaborado em até cinco anos desde a criação da unidade deve ser assegurada a participação das comunidades locais afetadas em todas as etapas. Este documento é orientado pelo conhecimento existente e/ou gerado, que definirá normas específicas regulamentando o uso e ocupação, zona de amortecimento e corredores ecológicos, reconhecer e respeitar os sistemas de organização e representação social das populações tradicionais (BRASIL, 2000).

Segundo o sítio oficial do ICMBio o Plano de Manejo deve ser elaborado em um processo contínuo de consulta e tomada de decisão com base no entendimento das questões socioambientais e histórico-culturais da região. Através do enfoque multidisciplinar o processo deve resultar em um diagnóstico e planejamento, que ao ser revisto e monitorado permite a reestruturação do processo de planejamento.

Iniciado em 2012, o ICMBio está executando as primeiras etapas de elaboração do Plano de Manejo do PNS, utilizando o Conselho e consultorias de pesquisadores para o Diagnóstico Físico e Biológico, Socioeconômico e de Uso Público. As atividades das primeiras etapas vêm sendo realizadas através de reuniões, utilizando metodologias participativas, apesar de existir controvérsias e a falta de participação de algumas comunidades no processo coordenado pelo órgão gestor, o Plano segue em andamento com previsão para ser entregue em 2014 (DUARTE, 2013).

Este é o contexto que marca a problemática desta pesquisa. Trata-se de analisar em que medida o Plano de Manejo, instrumento para a Gestão participativa de UC, foi concebido de forma participativa. Ainda, considerando o contexto das populações tradicionais, como o processo de elaboração é percebido pelas comunidades afetadas pela criação da UC, tendo como exemplo a comunidade de Barbados.

## 1.2 ABORDAGENS DE ANÁLISE DA GESTÃO DE UCS

Para o estudo de Gestão de UC's utilizamos o princípio de que a Gestão Participativa pode ser um dos pontos fundamentais para o sucesso de longo prazo de ações e de acordos para o manejo sustentável de recursos naturais (MMA, 2004). Este trabalho considera também as abordagens *de povos e comunidades tradicionais, dos modos de apropriação dos recursos comuns, do diálogo de saberes e da participação*. Estas abordagens permeiam as definições e políticas associadas a populações tradicionais e unidades de conservação no Brasil.

As definições sobre as *populações tradicionais* no campo científico são diversas, porém a realidade demonstra que essas populações não estão paradas no tempo, no sentido tecnológico, e que se transformam constantemente a medida que estão influenciadas ou próximas à urbanização dos espaços. A definição das comunidades tradicionais de Diegues (2001a) é que as mesmas se caracterizam:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;

l) auto-identificação ou identificação pelos outros de pertencer a uma cultura distinta das outras” (DIEGUES, 2001a, p.87-88).

Legalmente, a preocupação com os povos e culturas tradicionais surge no cenário internacional de discussões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Convenção nº169, sancionada pelo Decreto nº 5.051/2004 e reforçada legalmente em 2007, pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, pelo Decreto 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. No Art.3 desse decreto, são definidos por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, (...);

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (BRASIL, 2007).

Tanto a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, quanto a definição de Diegues (2001a), convergem na importância do auto reconhecimento como tradicionais e a ligação fundamental com um território, que mais que um espaço físico é o vínculo social, cultural, ancestral e econômico construído por gerações e transmitido na forma de conhecimento, inovações e práticas.

Nesta perspectiva, esta conexão com o território é permeada por conhecimentos valores e visões de mundo sobre a relação do homem e natureza. Por definição, o *conhecimento ecológico local ou tradicional* é definido como o “corpo cumulativo de conhecimentos, práticas e crenças desenvolvidos a partir de processos adaptativos e repassados ao longo das gerações por transmissão cultural sobre a relação das coisas vivas (incluindo o ser humano) e entre estes e com o seu

ambiente” (BERKES, 1999, p. 8). Este conhecimento tem se demonstrado relevante para: (a) a compreensão dos enfoques científicos de processos biológicos e ecológicos, (b) o manejo dos recursos naturais, (c) a conservação de áreas protegidas, (d) a conservação da biodiversidade, (e) a avaliação ambiental, (f) o desenvolvimento social, e (g) a ética ambiental (BERKES, 1999).

Essas comunidades tradicionais são estudadas mais recentemente pelas formas de uso e apropriação dos recursos comuns. Tais recursos compartilham do fato que a exclusão ou controle do acesso é um fato problemático e que cada usuário extrai o que pertence a todos, dentre eles estão os peixes, os animais selvagens, as florestas, as áreas de pastagem comunitária e as águas subterrâneas (BERKES, 1996).

Distinguem-se quatro tipos principais de regimes de apropriação que os recursos comuns podem ser geridos: o livre-acesso, a propriedade privada, a propriedade estatal, e a propriedade comunal, ou comunitária, de apropriação do espaço ou recursos naturais. Essas classificações são conceituais, na prática, os recursos tendem a ser controlados mediante a combinação destes regimes (OSTROM, 1990; FEENY, 2001).

Para a análise dos recursos comuns fica claro que devem ser observados a questão de como se dá: (i) a exclusão de outros usuários potenciais e (ii) a regulação do uso e dos usuários. A apropriação dos recursos comuns surge como tema de pesquisa para a análise crítica do paradoxo do pastor teorizado por Hardin (1968) na “*Tragédia dos Comuns*”, tais críticas propõem uma reflexão sobre as características e repercussões dos diferentes modos de apropriação em estudos de caso no mundo (OSTROM, 1990; FEENY, *et all.* 2001; BERKES, 2005).

A apropriação comunitária dos recursos comuns por populações tradicionais é caracterizada pelo extrativismo vegetal e animal, e da pequena agricultura itinerante. O que recentemente apresentava a menor visibilidade social e política, uma vez que existem em regiões isoladas diversas comunidades tradicionais, como a caiçara, a dos jangadeiros, a dos ribeirinhos e etc. Em alguns casos de sucesso através de arranjos sociais, algumas normas, mitos, valores e interdições comunitárias, as comunidades regulam o acesso aos recursos necessários, impedindo sua degradação (DIEGUES, 2001c).

Neste sentido, o reconhecimento de que as populações tradicionais, com o conhecimento tradicional e os sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais

comuns, contribuem para a conservação da biodiversidade deve ser incorporado pelos profissionais das agências do governo que operam as áreas protegidas. Em verdade, a degradação ambiental torna-se mais provável quando as comunidades locais são excluídas. Mas para tal reconhecimento é necessário rejeitar a visão de que existe somente a epistemologia científica, e portanto, qualquer sistema de aprendizagem deve conter a participação e a cooperação, com o envolvimento de todas as partes e a representação adequada das visões e perspectivas (PIMBERT & PRETTY, 2000).

Na proposta de *diálogo entre os saberes* deve-se pensar numa epistemologia que trate a contextualização e a concepção sistêmica da vida como princípios filosóficos essenciais:

"O diálogo de saberes reflete o sentido e a legitimidade de todos os domínios cognitivos em seus diversos domínios de experiências. O discurso da objetividade científica, idealizada pelos percussores da ciência moderna, nos impede de contemplar realizações urgentes relacionadas à diversificação de políticas públicas, contemplação da sociodiversidade, o fim da meritocracia e a aceitação do erro nas ciências. O direito de equivocar-se e o direito de mudar de opinião devem ser incluídos na conduta dos governantes brasileiros. Não precisamos insistir em princípios e valores que nos condenam ao "subdesenvolvimento" e são defendidos e teorizados por parcela da comunidade acadêmica que ajuda a fundamentar e justificar o modelo perverso de organização social e política do capitalismo neoliberal" (SANTOS, 2008, p.9-10).

O diálogo é um princípio básico na solução dos conflitos e nas tomadas de decisão, já que compreende que todos os participantes devem ser considerados como fonte de informação e decisão para analisar os problemas e contribuir com as soluções através de ações de desenvolvimento. Todos merecem o mesmo respeito e a possibilidade de expressar (GEILFUS, 2009).

Para Paulo Freire, idealizador da educação libertária, deve-se dar muita importância ao diálogo no processo de ensino-aprendizagem, à valorização do saber do educando, à historicidade dos processos sociais, ao amor como fundamento do diálogo e como ato de liberdade à crítica, à reflexão e a criatividade como fundamentais à promoção do homem como sujeito de sua busca, de sua

história e à transformação das relações de dominação que impedem a humanização dos indivíduos em seus diferentes contextos de vida (FREIRE, 1974).

Na obra de Freire (2005), o autor considera o diálogo como uma exigência existencial e que criar condições para o diálogo constante com o outro, aproxima as pessoas de uma postura crítica diante dos desafios atuais e do espaço. Portanto, não é possível participação sem o diálogo, sem o debate aberto sobre a problemática e os conflitos de cada contexto.

Segundo Geilfus (2009), a participação não é um estado fixo mas como uma escada que possui diferentes graus de participação no processo de desenvolvimento, no qual é possível passar da passividade quase completa, ou ser beneficiário, ao controle de seu próprio processo, ou ser autor do auto-desenvolvimento. Para atingir o desenvolvimento autônomo dependerá do grau de organização da comunidade, da flexibilidade da instituição, e da disponibilidade de todos os atores, começando pelos técnicos, que devem modificar atitudes e métodos de trabalho.

Para Santos (2004), participar, em planejamento, significa tomar parte, integrar-se pela razão ou pelo sentimento, fazer saber, saber comunicar, reconhecer diferentes interesses, expectativas e valores, identificar analogias, debater, negociar, evidenciar pontos comuns, definir interesses, promover alianças, ajustes e tomar decisões de consenso sobre aquilo que é do uso ou do direito de todos, na presença de todos. Portanto, é necessário compreender o papel de cada partícipe, pois eles raramente atuam do mesmo modo.

É importante aprender sua capacidade e seus interesses em participar, assim como avaliar de forma de participação e de integração em todo o seu processo de construção. Porém, a participação pode ocorrer de diferentes formas: espontânea, imposta, voluntária, provocada ou concedida, e em muitos casos a participação é manipulada, passiva ou funcional; outras vezes as lideranças são levadas a participar sem expressar seu interesse; em outras, alguns grupos dominam e se impõem, ou lideranças representam a si próprias, manifestando opiniões não derivadas do grupo que representam (SANTOS, 2004).

Contudo as interpretações sobre a *participação popular ou comunitária* evoluíram ao longo dos anos conforme o uso deste termo no discurso de organizações não-governamentais, departamentos governamentais e bancos (PRETTY, 1994).

Na conservação da natureza a interpretação do termo participação evoluiu de maneira significativa. De modo geral, no período colonial, o manejo caracterizou-se pela coerção e controle sendo as populações vistas como obstáculos para a conservação. Até os anos de 1970, a participação era um exercício de relações públicas, no qual o povo era um autor passivo, ou seja, o termo se torna instrumento para utilizar a submissão voluntária das pessoas aos esquemas de áreas protegidas. Durante os anos da década de 80, a participação é reconhecida como de interesse na proteção dos recursos naturais. A partir da década de 1990 é que a participação é vista como o meio de envolver a população na gestão de áreas protegidas. Portanto ainda existem confusões sobre as aplicações específicas do termo *participação*, portanto os que usam este termo devem se responsabilizar do que se trata e quais as formas de obter avanços no sentido de uma participação mais interativa (PIMBERT & PRETTY, 2000).

Existem definições diferentes quanto aos tipos de participação e as características principais para a análise dos grupos sociais.

A participação é conceituada no trabalho de Pretty (1995), em que o autor sugere sete tipos de participação:

1. Manipulada: A participação é simplesmente uma simulação, com representantes das comunidades em espaços oficiais, porém não são eleitos e não tem poder de decisão.
2. Passiva: As pessoas participam por algo que já foi decidido ou já aconteceu. Pode se manifestar por anúncios unilaterais, onde a informação pertence apenas aos profissionais externos da administração ou gestão de projetos que não contam com a opinião das pessoas.
3. Consulta: As pessoas participam sendo consultadas ou respondendo perguntas. Agentes externos definem os problemas e processos de recolha de informação, e para análise de controle. O processo consultivo não concede a participação na tomada de decisão, e os profissionais não tem obrigação de análise das opiniões do conselho das pessoas.
4. Incentivos: As pessoas participam provendo trabalho ou outros recursos em troca de certos incentivos (materiais, sociais ou conhecimento), mas não se envolvem no processo de aprendizagem. É comum que as pessoas não tenham interesse no prolongamento de tecnologias ou práticas quando os incentivos terminam.

5. Funcional: Consiste na formação de grupos para atender objetivos predeterminados relacionados a projetos de agências externas, o envolvimento pode ser interativo e envolve a tomada de decisão compartilhada, mas tende a surgir somente após a maioria das decisões serem tomadas pelos agentes externos.

6. Interativa: As pessoas participam em análises conjuntas, desenvolvimento de planos de ação e formação ou o fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um direito e não apenas o meio para atingir os objetivos do projeto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que buscam múltiplas perspectivas e que usam processos de aprendizagem sistêmica e estruturada. Quando os grupos tomam controle sobre as decisões locais e determinam como os recursos disponíveis são utilizados, para que eles tenham uma participação na manutenção de estruturas ou práticas.

7. Auto-mobilização: As pessoas participam tomando iniciativas independentes de instituições externas para mudar os sistemas. Desenvolvem contatos com instituições externas para recursos e acessória técnica de que necessitam, mas mantém controle sobre como os recursos são utilizados. A auto-mobilização pode se espalhar se governo e ONGs proporcionarem um enquadramento que permite o suporte. Esse tipo de participação pode desafiar distribuições existentes de riqueza e poder (PRETTY, 1995, p.1252, tradução nossa).

Diante dos diferentes tipos de participação podemos observar e caracterizar a comunidade quanto ao tipo de participação em relações de projetos e decisões internas e quanto ao tipo de participação que está sendo proposta pelos projetos de agentes externos e nos espaços de tomada de decisões dos órgãos gestores.

Para facilitar o trabalho dos gestores, Brunce *et al.* (2000), no *Manual Socioeconômico para a gestão de recifes de corais (SOCMON)*, sugere três tipologias quanto ao nível de participação:

1. Consulta: São pessoas que estão diretamente envolvidas nas discussões de metas e objetivos da avaliação e podem contribuir no planejamento. Essas pessoas podem ser impactadas pelas decisões de gestão decorrentes da avaliação e posteriormente devem estar conscientes do que foi decidido.

2. Parceria: Implica grande envolvimento, no sentido de as autoridades representantes devem ativamente preparar e planejar a avaliação,

auxiliados pelas oficinas de planejamento. Participam na coleta de dados como parte da equipe de avaliadores.

3. Domínio: A comunidade tem o controle da construção e condução da avaliação para fazer solicitações específicas para mudanças na avaliação. Quando as autoridades locais estão organizadas, elas podem acessar organizações experientes para a condução em seu nome (BRUNCE, *et al.* 2000, p.32-33).

O mesmo autor destaca que devem ser consideradas algumas circunstâncias para determinar os tipos de participação como sociais, políticas, econômicas e logísticas, como o status social, nível de interesse, disponibilidade de recursos e contexto político. Apesar das diferentes concepções, as tipologias apresentadas coincidem quanto às características observadas nos níveis mais baixos, intermediários e mais altos da participação, portanto são complementares para a avaliação dos processos de gestão ambiental pública.

A participação social em processos consultivos ou deliberativos é um processo multidimensional e, por isso existem diversos fatores que interferem de diferentes formas para então ter sucesso e efetividade. Dentre esses fatores podem ser analisados os arranjos institucionais no qual se desenvolve o processo participativo; os recursos econômicos e políticos (objetivos e subjetivos) dos atores; os cálculos em torno dos custos e benefícios da participação, ou a racionalidade instrumental e; a questão da relação entre saberes. Tais questões podem condicionar a decisão dos atores de participar ou não, como também influenciar na qualidade do processo participativo (OLIVEIRA, 2005).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a participação comunitária na elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui, a partir da experiência da comunidade de Barbados.

## 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- A) Descrever o processo formal de elaboração do Plano de Manejo.
- B) Descrever as percepções da comunidade sobre sua participação no processo de elaboração do Plano de Manejo.
- C) Analisar os conflitos de percepções entre a comunidade e a gestão do ICMBio sobre a concepção e elaboração do Plano de Manejo.

## 3 MÉTODOS

Nesta pesquisa foram utilizadas as definições da Pesquisa Participativa baseadas nos trabalhos de Pretty, (1994, 1995); Chambers, (1994); Brunce *et al.*,(2000); Geilfus, (2009).

A pesquisa participativa tornou-se uma ferramenta importante para o envolvimento comunitário no desenvolvimento e na gestão dos recursos naturais. Este tipo de pesquisa busca a sustentabilidade no uso de recursos, o “empoderamento” da população menos favorecida e a valorização do uso do conhecimento local (CHAMBERS, 1994).

A pesquisa participativa mobiliza diversas abordagens (ou processos) e técnicas que podem ser utilizadas no planejamento, execução, monitoramento e avaliação da gestão de recursos naturais, porém foram selecionadas as abordagens que mais se enquadram ao estudo do Plano de Manejo: o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e a Pesquisa-Ação Participativa (PAR), já que apresentam um caráter mais participativo e facilitador, e o objetivo principal é o “empoderamento” da população local (CHAMBERS, 1994).

Inspirado nas obras de Paulo Freire em 1968, estes enfoques têm sido usados em projetos de preservação ambiental, em pesquisas sobre sistemas produtivos, manejo de recursos naturais e gestão do saneamento básico, entre outros (SEIXAS, 2005).

Apesar dos diferentes enfoques das linhas de pesquisa participativa, compartilham de alguns princípios: metodologia definida e um processo sistêmico de

aprendizado, múltiplas perspectivas, processos de aprendizado em grupo, flexibilidade ao contexto específico, facilitadores e participantes das melhorias e leva a ações sustentáveis em um processo contínuo de aprendizagem (PIMBERT & PRETTY, 2000).

A consideração de algumas recomendações para pesquisa participativa, que facilita a coleta de dados, são baseadas no respeito com o conhecimento, os costumes e as crenças locais e com as autoridades locais, principalmente quanto à forma de abordagem e a postura com que o pesquisador atua durante à coleta de dados, isso é possível seguindo alguns princípios como: i) o respeito com as autoridades representantes e as comunidades; ii) deixar claro os objetivos da coleta de dados; iii) desenvolver uma abordagem interativa; iv) reconhecer as limitações dos informantes; v) reconhecer as propensões dos informantes; vi) reconhecer e minimizar as propensões da equipe de pesquisa, devem ser considerada para minimizar as propensões como as questões de gênero, de acesso aos informantes, facilidades de comunicação, prioridades locais, linguagem local, tendências às especialidades da equipe; vii) fazer anotações detalhadas; viii) triangular os dados; ix) criar oportunidades de reflexão e aprendizagem; e x) reconhecer quando parar (BRUNCE, *et al.*, 2000).

É importante destacar que a entrada na comunidade foi possível para este estudo porque, em outra circunstância, o autor pode visitar diversas comunidades em um projeto realizado por um nativo da Ilha das Peças, chamado de Viagem de Canoa, quando, no período de 15 a 30 de julho em 2010, foram navegados alguns quilômetros para a doação de alimentos, roupas, remédios, itens de higiene e brinquedos para algumas comunidades, saindo da Vila das Peças, passando pelas Baía de Paranaguá, Laranjeiras, Pinheiros, e no Canal do Varadouro até a Barra do Ararapira. Dentre as comunidades visitadas, Barbados é uma das que evidentemente possui maiores traços de identidade, costumes e saberes tradicionais, além de ser uma comunidade com forte receptividade.

Esta vivência foi fundamental para ter acesso às informações internas da comunidade, pelo contexto de descrédito à postura de muitos pesquisadores que não retornam à comunidade após a coleta de dados, para dar as considerações da pesquisa. Portanto esta aceitação e vivência na comunidade foi um importante critério adotado. Outro critério para a seleção de Barbados como comunidade de estudo foi que esta comunidade apesar de pequena já foi alvo de estudos de

dissertação e tese na região, que serão utilizadas na discussão e permitem ter alguma base acadêmica/científica para compreender o contexto e trajetória local.

A seleção dos entrevistados foi realizada através de método de amostragem intencional, não probabilística, na qual o pesquisador define os temas e tópicos que precisam ser conhecidos pelo entrevistado e procura, na comunidade, aqueles que podem responder às suas perguntas com maior profundidade de informações (TONGCO, 2007). Portanto, as opiniões representam as opiniões dos entrevistados não podendo ser generalizadas para toda a comunidade de Barbados, ou mesmo para outras comunidades.

A presente pesquisa utilizou algumas técnicas para a obtenção de dados qualitativos que alcancem os objetivos propostos, por isso foram utilizados dados secundários da revisão bibliográfica e documental sobre o tema e da comunidade de estudo de caso; como também a obtenção de dados primários coletados através da observação participante, entrevistas abertas com os moradores e entrevista semi-estruturada com chefe do PNS, considerado como a percepção da Gestão do ICMBio no Parque Nacional do Superagui.

### 3.1 PESQUISA DOCUMENTAL

A revisão bibliográfica e documental é fundamental para trazer a trajetória da região de estudo e compreender os processos históricos, institucionais e de gestão, assim como uma compreensão melhor da territorialidade da comunidade, a forma com que se identificam e as questões que envolvem o uso e apropriação dos recursos naturais comuns.

Portanto, foi pesquisada a legislação ambiental e de populações tradicionais; os conflitos socioambientais decorrentes da apropriação pública das terras tradicionais focando nos casos similares onde populações caiçaras sofrem pressões da legislação ambiental de restrição de uso dos recursos naturais de sua subsistência; também foram consultados os materiais disponíveis pelo ICMBio já produtos do processo de elaboração do Plano de Manejo e os avanços e pendências da gestão.

### 3.2 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A *observação participante* é uma técnica de coletas de dados qualitativos, de primeira mão sobre atividades que envolvem habilidades particulares das práticas locais. Muito do comportamento envolvido nas atividades é aprendido não verbalmente, mas por observação e o “fazer” junto às atividades, porém é difícil descrever esse tipo de conhecimento. A observação pode ser feita *direcionada* ou *contínua*. Direcionada quando o foco da observação é uma atividade específica ou para responder uma questão específica. Contínua quando o investigador busca um entendimento mais amplo das atividades e observa todas as atividades ao longo do dia e da noite. As duas formas de observação aqui apresentadas são complementares (BRUNCE *et al.* 2000).

Esta técnica é útil para investigar os usos que são feitos dos recursos (práticas de manejo), os usos do tempo pessoal, as instituições locais (regras informais) de gestão de recursos, os processos de interação e organização social, os padrões sociais, o contexto sociocultural, etc. Esta técnica seria adequada para pesquisar o conhecimento ecológico local ou tradicional, que muitas vezes é transmitido pelas demonstrações práticas (SEIXAS, 2005, p.86).

A observação participante foi realizada em duas campanhas de campo para a comunidade escolhida, a primeira de 24 a 27 de maio e a segunda de 11 a 13 de outubro de 2013. Para cada campanha foram 3 dias de trabalho na comunidade, para desenvolver a observação participante e as entrevistas, guiadas por questionários que serviram como guia da entrevista, já que como destaca Brunce *et al.* (2000), as observações são particularmente utilizadas para preparar entrevistas e questões de pesquisa.

### 3.3 ENTREVISTAS NA COMUNIDADE

As *entrevistas abertas semi-estruturadas* foram orientadas para compreender as percepções sobre o processo de elaboração do Plano de Manejo do PNS. As entrevistas foram guiadas por um roteiro com perguntas que

consideravam a participação no processo, os conflitos de uso dos recursos e as práticas tradicionais de manejo. Nesta técnica foram escolhidos informantes-chave, pois sua posição, experiência e conhecimento, podem providenciar extensa reflexão do contexto socioeconômico, conforme critérios e orientações propostos por Brunce *et al.* 2000 e Seixas, 2005.

As entrevistas foram feitas na segunda campanha com 10 lideranças comunitárias, escolhidos através dos critérios que o informante deveria: ser morador da comunidade de Barbados, ter acima de 30 anos (para ter vivenciado algumas transformações, como a criação do PNS e intervenções externas na comunidade), usuário dos recursos naturais (extrativista/produtor) e ser liderança (reconhecidas pela comunidade, não necessariamente representantes). Pelo processo que a comunidade está vivendo, os comunitários preferiram não serem identificados e não permitiram a gravação das entrevistas, as mesmas foram resumidas pelo autor logo ao término.

Durante a coleta de dados, a hospedagem foi possível em apenas uma residência na comunidade e por isso parte da entrevista e dos entrevistados compunha esta mesma família. Em outros momentos a observação participante ocorreu de maneira complementar com as entrevistas abertas e com histórias orais.

### 3.4 ENTREVISTA COM O GESTOR

Da mesma forma, para a entrevista com o chefe do PNS, Marcelo Chassot Bresolin, foi utilizada a técnica da entrevista semi-estruturada com informante-chave, no dia 5 de novembro de 2013, utilizando gravador de voz. As perguntas que guiaram a entrevista procuraram entender quais as ações encaminhadas, qual o caminho percorrido e em que estágio oficial está o processo de elaboração do Plano de Manejo. Além disso, obter informações de acordos informais com os comunitários, a forma com que o ICMBio tem mediado os conflitos, como se deu a participação até o momento para elaboração do Plano e as perspectivas para o futuro no que se diz a gestão participativa da UC e o das comunidades afetadas.

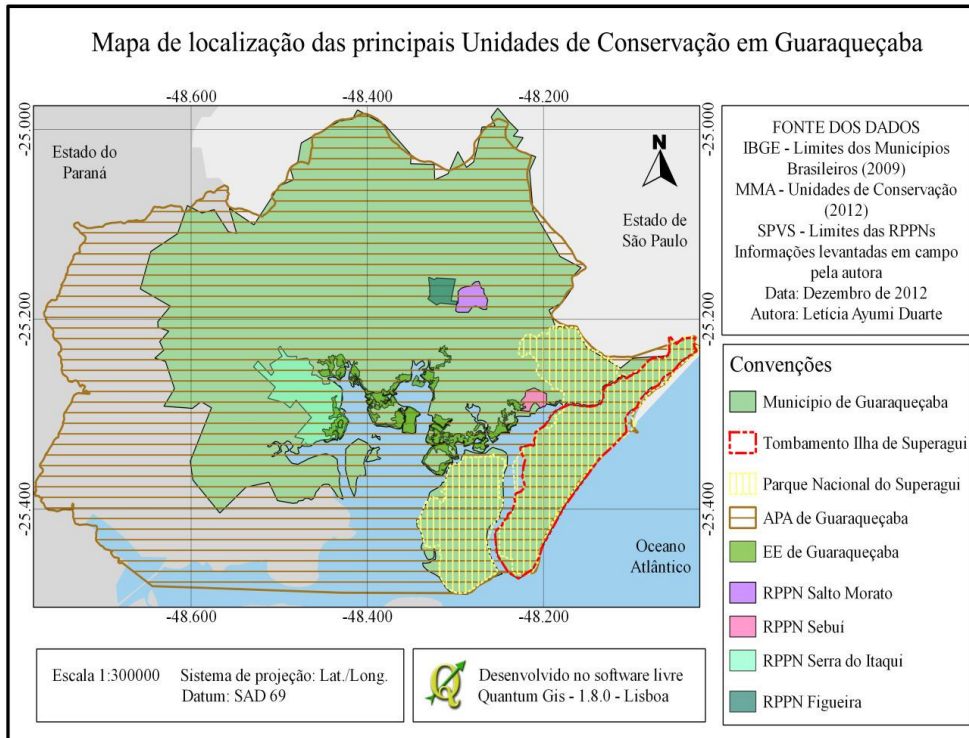
## 4 ÁREA DE ESTUDO

### 4.1 O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA E AS UCS

Toda a região de Guaraqueçaba está protegida por leis federais e estaduais de proteção integral e de uso sustentável (Figura 1 e Quadro 2).

Unidade	Tipo de Proteção	Criação	Área (ha)	Abrangência
Parque Nacional de Superagui	Integral	Decreto nº. 97.688/1989 Lei nº. 9513/1997	34.254,00	Guaraqueçaba
Estação Ecológica de Guaraqueçaba	Integral	Decreto nº. 87.222/1982	13.638,90	Guaraqueçaba
Area de Proteção Ambiental Federal de Guaraqueçaba	Uso Sustentável	Decreto nº. 90.883/1985	291.498,00	Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul
RPPN Salto Morato	Uso Sustentável	Portaria IBAMA/ 1996	819,18	Guaraqueçaba
RPPN Sebuí	Uso Sustentável	Portaria IBAMA/ 2000	400,78	Guaraqueçaba
Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaraqueçaba	Uso Sustentável	Decreto nº. 1.228/1992	191.595,50	Guaraqueçaba

**Quadro 2.** UC no Município de Guaraqueçaba.



**Figura 1.** Unidades de Conservação no Município de Guaraqueçaba. Fonte: Duarte, 2013.

Segundo Denardin, *et al.* (2009), Guaraqueçaba é o município do litoral paranaense com maior porcentagem de UC (98,76%) e recebeu, em 2006, o benefício de ICMS Ecológico em torno de 2.472.247,54 de reais. Porém como o mesmo autor afirma:

“A criação de um grande número de UCs no Litoral paranaense, por um lado, limita as atividades produtivas. Porém, por outro, gera um montante considerável de recursos financeiros por meio do ICMS Ecológico. A questão que se coloca é: como os recursos financeiros gerados pelas UCs são repassados para a população local, notadamente, agricultores familiares e pescadores, principais afetados pelo novo quadro regulatório” (DENARDIN, *et al.* 2009, p. 193).

Os conflitos vivenciados em decorrência das restrições ambientais em Guaraqueçaba, são analisados no trabalho de Kassebohmer (2007), que indica importantes conclusões como:

“a) Foram confirmadas todas as hipóteses do trabalho: as UC's de Guaraqueçaba, principalmente a APA e o Parque Nacional, juntamente com outros instrumentos restritivos da legislação, criaram instabilidade entre os munícipes e forjaram conflitos ambientais; tendo sido desfavoráveis à melhoria da qualidade de vida da população local entrevistada, na região continental e nas ilhas.

b) As UCs têm contribuído na expansão da cobertura florestal da região, apesar de algumas evidências sobre atividades ilegalmente praticadas, como a caça, por exemplo. A aplicação da legislação ambiental e a gestão das UC's vêm ocorrendo em detrimento da qualidade de vida e bem-estar das comunidades humanas locais como um todo.

c) Foram identificados impactos sociais, culturais e econômicos sobre a população de Guaraqueçaba, decorrentes dos instrumentos legais existentes, principalmente a APA e o Parque Nacional do Superagüi.

d) Enquanto a cultura local encontrava-se sob o domínio da cultura caiçara, havia sustentabilidade nos sistemas. Após a entrada dos modelos convencionais (exógenos) de consumo intensivo dos recursos naturais, houve uma quebra nas regras tradicionais culturais, desestabilizando relativamente algumas relações com o ambiente, ao mesmo tempo em que a própria população prosseguia com certa resistência ao processo.

e) A implantação das Ucs na região de domínio caiçara contribuiu e vem contribuindo fortemente para a continuidade no processo de sua degradação cultural.

f) A desconsideração do contexto local, na forma de saberes, condições sociais econômicas, cultura, tradições e perspectivas contribuiu para o agravamento dos conflitos gerados pelas políticas ambientais aplicadas no município.

g) A inexistência de alternativas econômicas viáveis frente à nova situação contribuiu com o agravamento das condições de vida e com a perda gradativa da cultura local.

h) Para o ator social local, principalmente o pequeno agricultor familiar e o pescador artesanal, não há diferenciação nominal entre as categorias de Unidades de Conservação presentes em Guaraqueçaba, da mesma forma como não há diferenciação entre leis, decretos e organizações (instituições públicas, organizações não-governamentais): todos estes estão inseridos no mesmo contexto de restrição, dissolvendo os propósitos iniciais de cada regra e instituição. Estariam todos no mesmo “pacote”, independentemente dos objetivos diferenciados de cada Instituição.

i) A organização comunitária revelou-se uma das principais alternativas apontadas pela própria população local. Esse fato evidencia uma mudança de paradigma no

contexto histórico da região: a mobilização local passa a ser instrumento de ação para a transformação da realidade.

j) A participação comunitária é fundamental no planejamento, na criação, na implantação e na aplicação bem-sucedida de programas e projetos, não apenas sociais como também ambientais. Dessa forma, as comunidades locais de Guaraqueçaba, através de seus sistemas tradicionais de vida e de seu conhecimento local, podem prover condições iniciais para o sucesso de programas e projetos que venham a ser implantados na região.

k) Apesar do êxodo rural, constata-se a resistência da população que permanece na região, o que também pode ser relacionado ao fato de as cidades não ofertarem condições de emprego. Esse fenômeno também é evidenciado através de diferentes estratégias, como roças clandestinas; o consórcio de espécies para otimização do espaço; fábricas de farinha remanescentes; persistência na fabricação de canoas e instrumentos de fandango, revitalização do fandango por meio de algumas ações governamentais e de ONGs; o crescimento do artesanato, entre outros.

l) As igrejas evangélicas, aproveitando-se da fragilidade social local provocada pelos conflitos socioambientais, crise e decadência da agricultura familiar e da pesca, apresentam forte influência nos costumes.

m) A criação da APA apresentou um efeito contrário aos seus objetivos, no que tange à questão cultural. Acentuou-se a desarticulação das práticas culturais tradicionais que já vinham sofrendo um desgaste pela incorporação de elementos exógenos as mesmas. As UC's falharam na consideração dos saberes dos agricultores e pescadores do município.

n) As principais restrições legais que atingiram as pequenas propriedades rurais da APA Guaraqueçaba, independentemente da ordem de importância, foram: a obrigatoriedade de autorização para desmatamento e roçada; proibição de desmatamento e de plantio e fiscalização nas Áreas de Preservação Permanente; proibições e restrições quanto à extração do palmito, madeira, retirada de arbustos e cipós; restrição a qualquer atividade de caça. Nas comunidades de entorno e no interior do Parque as restrições foram mais drásticas, por se tratar de uma UC de proteção integral. Esse fato provocou mudanças determinantes nos sistemas de vida das populações.

o) A legislação vem sendo aplicada sem um adequado processo de conscientização e orientação, sem oferecer alternativas viáveis diante da nova condição de ambiente protegido instalado a partir da década de 1980, aliado à desconsideração do saber tradicional.

- p) Dentre as potencialidades da região, destaca-se o bom potencial ecoturístico de todas as comunidades, a reestruturação de associações comunitárias, a mobilização da população em busca de novas atividades, inclusive relacionadas à questão ambiental, gradativo acesso aos serviços como energia elétrica, água tratada e outros.
- q) Apesar do potencial turístico da região, o turismo não é necessariamente desejável ou viável em todas as localidades. O potencial para o desenvolvimento do turismo deve ser examinado pontualmente para cada comunidade.
- r) O descontentamento geral verificado entre os moradores de Guaraqueçaba a respeito de sua atual condição decorre principalmente da contradição percebida em relação à importância despertada pela natureza da região, enquanto nada ou quase nada é feito a favor da população humana em termos de suas necessidades básicas.
- s) As práticas tradicionais das comunidades de Guaraqueçaba, com vários séculos de história, demonstram a possibilidade de coexistência equilibrada entre ambiente e populações humanas, o que pode ser confirmado pelo fato da faixa de Floresta Atlântica que habitam encontra-se em estado de preservação superior em relação ao restante do litoral brasileiro, devendo ser adequadamente consideradas quando do planejamento e implementação de políticas públicas.
- t) A concretização dos objetivos de criação de uma APA estará mais garantida e de maneira mais eficaz dentro de procedimentos de planejamento participativo. Engajando-se a comunidade no processo, é possível buscar respostas concretas à sociedade que vive e produz na região.
- u) As estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos moradores em um ambiente conflituoso, e a aparente persistência de práticas de atividades proibidas como a caça, parecem ser de pequena escala, e necessitam de estudos mais aprofundados para a adequada avaliação da sua importância para a subsistência das populações locais, levando em consideração não só os impactos ambientais das ações, mas também os sociais, diante do contexto humano na região” (KASSEBOHMER, 2007, p. 126-129).

Assim como em outras regiões costeiras, a implementação de ações de conservação dos ecossistemas muitas vezes leva em conta critérios biológicos e regras restritivas, que tendem a gerar situações de livre avesso e degradação destes ambientes (LANA, 2003).

Outros trabalhos na região indicam que estes conflitos são provenientes da visão do cenário como isolado do contexto regional, nacional e global; e ainda com

populações que estão cristalizadas em um tempo passado, já que a sustentabilidade dessas regiões é compatível com os saberes locais sobre os recursos naturais, portanto não se deve privar das comunidades afetadas por UC, que se desenvolvam, tenham acesso a serviços públicos básicos, e ainda tenham acesso a bens comercializados (MARANGON & ANGUDELO, 2011).

Na região de Guaraqueçaba o espaço ocupado pelas comunidades caiçaras possui uma noção espacial distinta da das culturas urbanas, já que os parâmetros da cultura e modo de vida caiçara são diferentes, principalmente no que se diz respeito à importância dos espaços de trabalho e produção agrícolas apropriados coletivamente, trabalhados no nível familiar. Portanto, a informalidade da posse coletiva, torna os terrenos alvo da especulação imobiliária e de grilagem (WINTER, *et al.* 1990, apud. DIEGUES, 2001a).

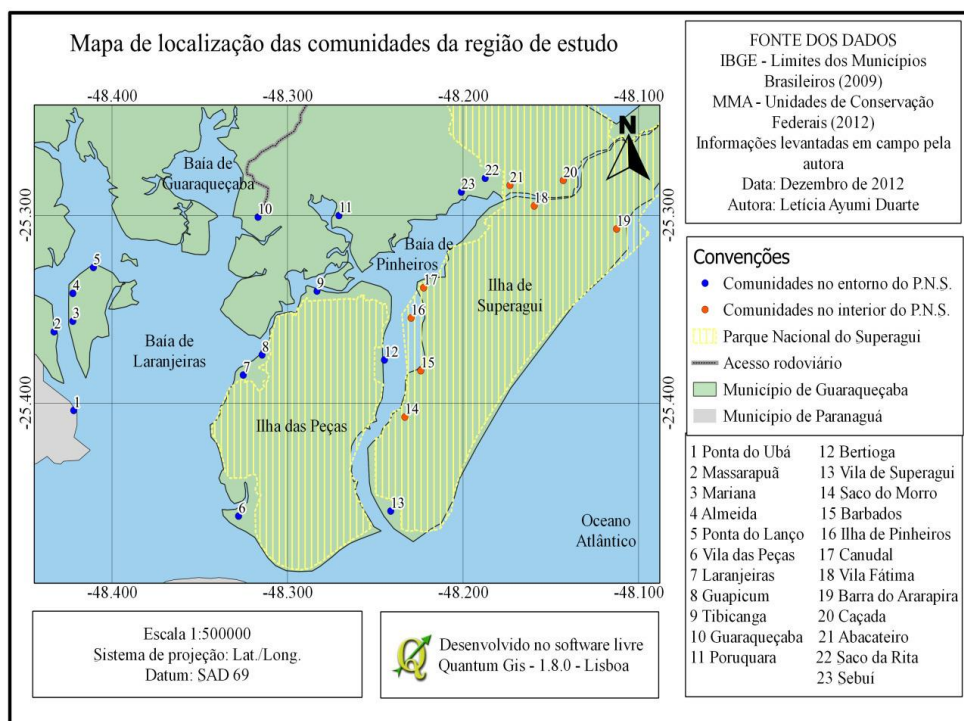
Esse diálogo entre os atores sociais é fundamental para que se conheça de forma mais aprofundada a realidade local e que se aplique ou repense a legislação incidente, sendo o conflito pela falta de diálogo, constatado no trabalho de Marangon & Agudelo (2011):

“O choque causado pela restrição de uso dos recursos naturais e a manutenção dos modos de vida tradicionais, evidenciou a sobreposição de dois direitos fundamentais: o direito Cultural e o direito Natural. Desarticulando esses dois direitos aprofundou-se o distanciamento da economia e cultura autóctones ocasionando a perda dos conhecimentos ecológicos tradicionais da população local, provocando um comportamento contrário às ações que visam à preservação ambiental” (MARANGON & AGUDELO, 2011, p.21).

#### 4.2 O PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI (PNS)

A respeito do histórico da ocupação das áreas que hoje são o PNS, citações históricas mencionam os índios Carijós habitando o litoral paranaense, Cananéia e Santa Catarina. Mais tarde vem a ocupação de população de ascendência européia atraída por programas agrícolas e colonização, nos séculos XVII e XIX. Na área do parque encontramos a presença dos sambaquis, oriundo de povos pescadores-coletores, chamados de sambaqueiros, este registro é tombado como Patrimônio da

União, pela Lei nº 3924/61 e são fiscalizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Natural (IPHAN) (VIVEKANANDA, 2001).



**Figura 2.** Parque Nacional do Superagui (PNS) e as comunidades afetadas. Fonte: Duarte, 2013.

Dentre os eventos principais na história destaca-se a fundação da Colônia de Superagui em 1852 por Charles Perret Gentil, imigrante suíço atraído pela potencial agrícola, que em seu início contava com a presença de famílias de franceses, alemães, suíços e italianos. As transformações nas colônias e flutuações populacionais variam principalmente pela ascensão e declínio da agricultura na região, alterando os sistemas de produção e também as atividades produtivas na região. Outro colonizador importante por seus registros através de pinturas da Colônia de Superagui foi o suíço Willian Michaud, também professor, agricultor dentre outras atividades, e que viveu em Superagui de 1853 a 1902 (LICHTSTEINER, 2008).

Para compreender o processo de criação do PARNA do Superagui foi feito um breve recorte começando pelo marco de abertura do Canal do Varadouro, iniciado em 1953 (VIVEKANANDA, 2001).

A ilha de Superagui anteriormente pertencia à parte continental do município de Guaraqueçaba, até a abertura do Canal do Varadouro, concluída em 1954 e fazendo com que Superagui, que até então se conformava em uma península, se

transformasse em ilha barreira, essa intervenção foi motivada tanto por fins comerciais quanto militares. A mudança e o incremento do fluxo de pessoas e mercadoria entre São Paulo e Paraná ocorrem junto com o aumento do fluxo comercial dos portos de Antonina e Paranaguá, bem como a construção de estradas e ferrovias conectando a capital ao litoral, contribuiu para o êxodo e a decadência de Guaraqueçaba (VOHN BEHR, 1998).

Neste mesmo período na Baía de Pinheiros e Laranjeiras o modo de produção baseava-se nas roças (e no beneficiamento, como a farinha), caça, extrativismo e pesca de subsistência, sendo que apenas uma pequena parcela da produção era vendida ou trocada entre as comunidades por outras variedades de alimentos ou ferramentas de trabalho. Passando posteriormente a se submeter a agricultores patronais e comerciantes na indústria do palmito (DUARTE, 2013; BORSATTO *et al.*, 2007).

Nas décadas de 60 e 80 com a finalização da obra da BR-277, que liga Curitiba a Paranaguá, houve um aumento de grupos de especuladores imobiliários, agropecuaristas, exploradores de madeira e palmito, pesqueiros industriais e empreendedores turísticos. Os latifundiários atraídos para o município apropriam-se de 80% do território de Guaraqueçaba através de grilos e posses forçadas, e desenvolvem a bubalinocultura, extrativismo e exploração predatória, os produtos de tais atividades eram escoados pela PR-405, que liga Guaraqueçaba à Antonina. Nesse contexto de exploração dos latifundiários e diminuição dos recursos pesqueiros, desperta de maneira mais intensa o movimento para a criação de áreas naturais protegidas na região do Lagamar (complexo estuarino-lagunar que se estenderia de Iguape, no litoral paulista, até Paranaguá, no litoral paranaense (VON BEHR, 1998, TEIXEIRA, 2004 *apud* DUARTE, 2013; LICHTSTEINER, 2008).

Segundo Duarte (2013), a partir de 1960, Guaraqueçaba a sua transformação da lógica econômica quando começa a atuar o Batalhão da Polícia Ambiental Força Verde, uma unidade da Polícia Militar com a especialidade de proteger a natureza através do cumprimento da legislação ambiental, autuar, apreender infratores e orientar a população sobre a legislação. A criação do Código Florestal de 1965, e a Lei Federal nº 5.197, que protege a fauna brasileira e proíbe a caça, demarcaram o início da “era verde em Guaraqueçaba”, que é reforçada com o tombamento da Ilha do Superagui como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, mas apenas em 1985 outras restrições às comunidades passam a valer. Em

1984 com a criação do decreto estadual que estabelece a Lei de Uso do Solo e institui o conselho do Litoral dificulta o licenciamento de atividades produtivas (VOHN BEHR, 1998).

É neste contexto em que as transformações na cultura caiçara se acentuam devido ao declínio da agricultura de pequena escala e a expulsão das terras tradicionalmente ocupadas por grileiros e especuladores, e então a partir da década de 1960 com a atuação da fiscalização da polícia ambiental e mais tarde com a criação das UC da região acentuam o processo de transformação cultural.

De acordo com o sítio oficial do ICMBIO, em 31 de maio de 1982, é criada a Estação Ecológica de Guaraqueçaba. Em 1985 foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, áreas que já influenciariam diversas vilas da região. Além disso, a Ilha do Superagui foi tombada como patrimônio natural e histórico no livro do tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná. Em 1989, é criado o Parque Nacional de Superagui – ampliado em 1997. No ano de 1991, a região passa a se configurar como Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e em 1999 é considerada, também pela UNESCO, como Sítio do Patrimônio Natural. Outro marco na legislação ambiental é o decreto da Mata Atlântica de 1990, que passa a restringir ainda mais o uso dos recursos nesse bioma.

Em seu estudo Andriquetto Filho (1999) descreve o atual estado jurídico e as normas de proteção ambiental atuantes no Litoral do Paraná como medidas sem base de conhecimentos científicos suficientes e que podem interferir na relação das sociedades pesqueiras e seu ambiente, nas quais os envolvidos se tornam transgressores da legislação ambiental, quando retiram madeira da floresta e do mangue para a construção de casas, embarcações, utensílios e apetrechos, e como combustível. Isso evidencia a distância dos instrumentos jurídicos da realidade social e ecológica.

Os conflitos gerados pelas restrições, trazidas pelas ações de conservação, às atividades tradicionais de subsistência persistem por mais de duas décadas na região de estudo, isso porque afetam as comunidades que dependem intensamente dos recursos naturais protegidos. A baixa capacidade das comunidades de se adaptarem as ações de conservação muito restritivas, e por outro lado, o potencial

de colaboração com ações que objetivem a conservação do ecossistema de que dependem configura este conflito como uma contradição (FARACO, 2012).

No estudo citado acima, é discutido que o baixo conhecimento das populações estudadas sobre as unidades de conservação indica também que é importante trabalhar por maior mobilização, informação e esclarecimento dessas populações sobre a existência das unidades de conservação, as regras que elas trazem, e as possibilidades reais de participar na gestão, e ainda de influenciar nas regras de forma a acordar usos que sejam importantes para as populações locais.

A percepção de muitas pessoas das comunidades incide em que as restrições são atribuídas ao órgão gestor, porém não dominam a informação sobre o que é um parque nacional, as legislações ambientais sobre a Floresta Atlântica e a fauna, bem como sobre as normas existentes a respeito do Patrimônio da União, de forma que possam perceber a origem das restrições e a abrangência (VIVEKANANDA, 2001).

Ainda que as normas estabelecidas na lei e pelo escritório central sejam aparentemente rígidas e pouco adaptáveis, o gestor local, quando observa o confronto entre a realidade e as normas, pode construir relações informais e flexíveis com os moradores e usuários dos recursos, o que pode ser formalizado, sabendo das exceções previstas no SNUC, que quando se trata de garantir as necessidades básicas de subsistência das populações locais. Exemplo disso é o acordo existente com os moradores da Barra do Ararapira para a exploração local da cataia, tanto com fins medicinais, quanto o preparo da bebida alcoólica famosa e procurada por turistas (FARACO, 2012).

Em Vivekananda (2001), a autora destaca que a descaracterização cultural da população no interior do PARNA é um processo que ocorre atualmente, mas que teve seu início anteriormente ao Parque, sendo os principais fatores: o maior acesso aos produtos industrializados, a mudança de hábitos e dedicação maior para a atividade pesqueira. A autora ainda destaca que esse processo é a favor aos objetivos do Parque quando permitiu que antigas áreas de agricultura fossem recuperadas, porém é contra quando o desvinculo com a terra e as práticas tradicionais facilitaram a incorporação do turismo, quando destinam suas casas ao veraneio. Tais comunidades que contam com certa infra-estrutura e acesso facilitado não possuem preparo para lidar com essas mudanças. A autora recomenda que as comunidades inseridas em limites do parque sejam realocadas para as regiões fora

dos limites em referências às áreas das Ilhas das Peças e do Superagui que ficaram fora dos limites do Parque, já que a permanência das mesmas é incompatível com os objetivos do PARNA.

No seu livro Diegues (2001a) analisa que essa concepção, utilizada como estratégia governamental de conservação em parques nacionais desabitados, reflete na concepção da relação homem/natureza construídas pelas sociedades urbano industriais, na idéia de um *mito de paraísos naturais intocados*. O conflito entre a visão das populações tradicionais e dos preservacionistas deve ser analisado considerando a ecologia política dos Estados, e especialmente em países subdesenvolvidos, a conservação poderá ser mais bem alcançada com a real integração e a participação das populações tradicionais, que em grande parte dos casos contribuíram para conservar a biodiversidade que hoje se pretende proteger.

No mesmo sentido outros estudos, como Faraco (2012) recomenda que a gestão das unidades de conservação reconheça e auxilie a remover barreiras quanto à expansão dos serviços de infra-estrutura para as comunidades locais, fazendo pontes com outras instituições. Deve-se considerar que essas comunidades que possuem menor capacidade adaptativa dependem intensamente dos recursos protegidos, e mesmo que as atividades existentes hoje não sejam adequadas, já se sabe que as atividades extrativistas em pequena escala podem ser feitas de forma compatível com a manutenção dos ecossistemas, portanto as ações de gestão nessas localidades devem ser voltadas para algum tipo de uso sustentável.

Mesmo que o processo de descaracterização sócio-cultural seja apontado como crucial para as comunidades locais, é possível perceber o maior nível de participação em organizações comunitárias de comunidades com menor capacidade adaptativa, o que sugere que os espaços de participação devem ser aperfeiçoados de forma que sejam acessíveis a essas populações, ao ponto que aumente sua autonomia e influencie nas normas aplicadas na conservação dos recursos naturais da região (FARACO, 2012).

### 4.3 COMUNIDADE DE BARBADOS



**Figura 3.** Uso e Ocupação da comunidade de Barbados. Fonte: Duarte (2013).

A comunidade de Barbados está situada na parte abrigada da Ilha do Superagui, na Baía de Pinheiros tendo como principal acesso via corpos d'água pelo interior do CEP. Esta baía está situada ao sudeste dos morros do Poruquara e Sebuí, tem orientação Sudoeste-Nordeste e largura máxima em torno de 3 Km. A comunicação com o mar se dá por um longo canal de aproximadamente 15 Km de comprimento e largura média de 1 Km a 1,2 Km, que separa Superagui da Ilha das Peças. O principal afluente é o Rio Poruquara, que antes de desaguar na baía forma um estuário. A Baía dos Pinheiros se comunica pelo oeste com a Baía das Laranjeiras, por um estreito canal localizado ao norte da Ilha das Peças. A comunicação da baía com o Mar do Ararapira é através do canal artificial do Varadouro, aberto na década de 50 (IPARDES, 1995).

Segundo Andriguetto Filho (1999), as Baías de Laranjeiras e Pinheiros fazem parte de um grupo de vilas que apresentam baixa densidade de populações ribeirinhas, não havendo áreas urbanas. Com exceção das vilas da Ponta das Peças e Barra do Superagui, que têm experimentado aumento considerável da população, as demais vilas estão perdendo população. Essas regiões possuem potencial pesqueiro de alto a moderado, com pressão pesqueira moderada (algumas

comunidades mantém a prática da agricultura de subsistência), e onde se exerce a pesca artesanal diversificada (para renda e auto-consumo, principalmente), com práticas como a pesca de cerco, de irico e o arrasto motorizado. São áreas de menor impacto antrópico do Litoral, por isso alto potencial para a maricultura e ecoturismo, com a presença de diversas unidades de conservação, o que sugere a presença de conflitos de maior intensidade entre uso e proteção dos recursos naturais.

No estudo de Vivekananda (2001) a autora correlaciona a localização geográfica das comunidades no PNS com os produtos obtidos da pesca, já que na maioria dos casos não se afastam para desempenhar a maior parte das suas atividades. Portanto, as comunidades da pesca em alto-mar, capturam o camarão-sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), cação (*Classe Chondrichthyes*), pescada membeca (*Macrodon ancylodori*) e sororoca (*Família Carangidae*), conforme a época. Outros se dedicam à captura de ostra (*Crassostrea sp.*), manjuba (*Cetengraulis edentulus*), camarão-branco (*Penaeus schimittf*), no interior da Baía dos Pinheiros e das Laranjeiras, e peixes, como o parati (*Mugil curema*).

Dentre os principais conflitos destacados na região das Baías de Laranjeiras e Pinheiros, segundo Andriguetto Filho (1999), estão: PARNA e ESEC x pescadores; fundiário urbano, turístico x pescadores, onde são apropriados os espaços tradicionalmente ocupados.

No estudo de Kashiwagi (2011), a comunidade de Barbados diferencia de outras vilas no tempo de sua existência, que segundo a autora é de 156 anos. Englobando 28 famílias, que somam 78 pessoas, até o final de 2010 a população totaliza 80 pessoas com o nascimento de duas crianças, que possuem o tronco familiar principal descendente do suíço William Michaud (1829-1902), que se instalou em Barbados em 1854. A memória em relação ao suíço é presente na vida dos moradores de Barbados e Saco do Morro, devido ao vínculo familiar com essa figura, ponto fundamental nos aspectos de identidade e território (DUARTE, 2013).

Segundo Duarte (2013), Barbados, em 2012, possuía 69 moradores distribuídos em 19 casas de moradores, existem atualmente 2 casas de farinha, 1 bar, 1 restaurante, 2 pequenos comércios de alimentos, 1 campo de futebol, 1 casa de cultura (da associação de moradores e pessoas externas à comunidade, e 1 espaço comunitário denominado como Espaço Michaud, construído com recursos da Provopar em 2009.

A cozinha comunitária, no Espaço Muchaud, foi uma iniciativa do Estado para promover alternativas de geração de renda. Alguns cursos foram ministrados para a qualificação em gastronomia e artesanato para as mulheres da comunidade. Outro espaço importante na comunidade é a Escola Rural Municipal de Barbados, que possui 16 alunos regularmente matriculados e uma professora, Rosália. O sistema de ensino é multisseral (até a 4ª série) em uma sala de aula com condições precárias. A comunidade identifica a falta de apoio do Poder Público municipal para fornecer o transporte para a conclusão do Ensino Fundamental em outras comunidades (KASHIWAGI, 2011).

Segundo Duarte (2013), a ocupação atual da Vila de Barbados está ordenada pelas condições geográficas da região bem como pelo conhecimento e costumes passados entre gerações como herança cultural. As ocupações estão em uma área de várzea, manguezais grandes pedras e morros. A comunidade é dividida segundo os moradores como Pedra Branca, Ponta, Saco e Sambaqui. Sendo que a região denominada de Pedra Branca é a única que não possui habitações, mas que o uso histórico atribuiu grande importância simbólica para a formação rochosa, que representava, por exemplo, como ponto de localização geográfica para a comunidade. Como também no seu redor existiram diversas roças que as famílias cultivavam de maneira conjunta, hoje as áreas de roça diminuíram uma vez que a prática foi proibida pelo órgão ambiental.

A água para consumo é captada em dois rios que nascem nos morros e canalizada em mangueiras simples até as casas. Outras regiões como a mata e o mar são de uso comum, mas que existem localidades dela utilizadas por famílias específicas para retirada de lenha e outros recursos. No caso do ambiente marinho existe uma lógica de uso compartilhado para aperfeiçoar o uso. Os pontos familiares tradicionais de pesca existem sem necessitar de marcações físicas ou oficializadas em acordos, como os pontos tradicionais de cerco de cada família dentro da baía. As maiores partes dos terrenos não possuem limites precisos, assim quanto ao jardim, porto para canoas, estruturas como casas de farinhas, casas de geradores e em alguns casos, suas roças. Tais casas são feitas de madeiras advindas da própria região ou de alvenaria, porém esta última com altos custos envolvidos no transporte desses materiais vindos de Guaraqueçaba. Devido a proibição da extração de madeiras a alvenaria é incentivada, porém o custo relativiza a qualidade, o que implica uma forma de controle do uso dos recursos e tecnologias (DUARTE, 2013).

As casas podem ser de alvenaria ou de madeira e até a mistura destas técnicas (mudança recente na técnica de construção pelas restrições), outro fator que justifica o indício do processo de aculturação é a migração de muitas famílias ou dos jovens para os centros urbanos, como Paranaguá e Guaraqueçaba, devido principalmente, pela restrição nas atividades de subsistência da pesca, caça e plantio. O turismo é visto para estas comunidades como a principal alternativa de fonte de renda, e aos poucos as casas dos nativos se transformam em hospedagens para turistas (KASHIWAGI, 2011).

A proibição da atividade da roça é a mais impactante intervenção por acarretar mudanças culturais, como dos hábitos alimentares, dos sistemas de produção artesanal (como a coivara), a redução da utilização das farinheiras e a produção de pratos e bebidas tradicionais, e ainda implicou na redução dos mutirões, esta última também influenciada com a presença de igrejas, que não consideram positivos os bailes de fandango. Mesmo que a religião influencie o comportamento dos moradores, o uso e manejo dos recursos bem como alguns saberes específicos são transmitidos por ensinamentos e crenças dentro das famílias. Católicos ou evangélicos, opções religiosas dominantes na comunidade, disseminam crenças e lendas de sua cultura que ordenam os usos e formas de manejo do território (DUARTE, 2013).

Quanto à organização social em Barbados, Kashiwagi (2011) identificou a presença de duas associações: a Associação de Moradores, criada em 2000, sendo presidida por Antonio Custódio, com o objetivo de representação jurídica para defender o direito à posse de terra, devido aos conflitos territoriais para a desapropriação da área; e a Associação das Mulheres, organização informal e liderada por Celi, meio encontrado pelas mulheres para se organizarem coletivamente e atenderem a demanda em gastronomia e artesanato com o aumento do fluxo de turistas na comunidade.

Sobre o processo de incorporação da lógica do associativismo como representação da comunidade, Duarte (2013) considera que:

“A formação de uma associação, com todos os seus padrões burocráticos, impõe que a comunidade, que tratava suas questões sempre de maneira coletiva se baseando em outras formas de liderança, entre na lógica da representação, tendo que eleger, por exemplo, um presidente para tratar as questões locais com o “mundo de fora” (DUARTE, 2013, p.157).

No estudo de Kashiwagi (2011), a autora destaca que a imagem da paisagem de Barbados vem sendo ressignificada pelos diversos atores envolvidos, moradores, turistas, Poder Público e até mesmo pelos empreendedores turísticos que visualizam a região com potencial ecoturístico. Mas, acredita-se que as proibições advindas da criação do PNS podem ser uma das causas das atuais transformações da paisagem de Barbados, pois as mudanças no cotidiano para adaptação à nova realidade são mais presentes nas últimas duas décadas. O contato com o padrão de vida do turista fez com que os moradores almejassem uma renda maior.

A mesma autora ainda conclui que o caiçara quando entra em crise de referenciais, devido à interação com a cultura da sociedade capitalista, perde a sua própria identidade cultural. Essa conclusão surge para autora devido à expectativa de que a comunidade com certo isolamento e distância dos centros urbanos deveria ter uma paisagem intocada e sem qualquer interferência das culturas da cidade, mas se depara com a utilização de recursos tecnológicos para a captação de energia elétrica, de água, de meios de comunicação e de transporte. São presentes as placas solares, caixas d'água, antenas parabólicas, botijão de gás, tanques para lavar roupa, fiações elétricas entre as construções e, em alguns casos, a existência de banheiros e churrasqueira em alvenaria.

Em relação às paisagens e as culturas a elas vinculadas através da herança Ab'Sáber (2003) sinaliza:

“(…) uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (AB'SÁBER, 2003, p.09).

Para a luta de reconhecimento como comunidade tradicional, os moradores de Barbados enfrentam algumas confusões entre a auto-identificação como pescador artesanal ou como caiçara, gerada pela condição de pescador com carteira profissional, já que caiçara, para os moradores corresponde às atividades de pesca, caça e roça complementares para a subsistência (DUARTE, 2013).

No ano de 2010, através do Movimento da Rede Puxirão, junto ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná (MOPEAR), foi elaborada a Cartografia Social da Barra do Superagui com base no trabalho de Alfredo Wagner Breno de Almeida, em que analisa os movimentos sociais (questões étnicas, de consciência ecológica, de gênero e de auto-definição coletiva), cujo objetivo é o reconhecimento do uso comum e fatores culturais intrínsecos às terras que historicamente foram ocupadas. O autor citado conceitua as *terras tradicionalmente ocupadas* e os desafios de aplicação no contexto atual brasileiro. O produto desse movimento repercutiu por toda a Baía dos Pinheiros, que demandam a inclusão de outras comunidades na Cartografia Social para ser articulada juntamente com a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (DUARTE, 2013).

## **5 CAPÍTULO 1. HISTÓRICO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL**

A legislação ambiental brasileira vem tratando a conservação da biodiversidade e áreas protegidas de diferentes formas ao longo dos anos (Quadro 1) (DIEGUES, 2000; MEDEIROS, 2006).

No ano de 1934, a legislação brasileira é marcada pela instituição dos Códigos de Caça e Pesca, de Minas, das Águas e Florestal. Este último, em seu artigo 9º define os parques nacionais como monumentos públicos naturais que perpetuam em sua composição florística primitiva peculiar, destinados à recreação e educação ambiental de um público externo (MEDEIROS, 2006).

O marco inicial da criação de parques nacionais foi o do Itatiaia, em 1937. Após alguns anos em 1944, através do Decreto nº 16.677, atribui-se à Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, o encargo de orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os parques. A partir disto entre os anos 60 e

70 foram criados diferentes unidades de conservação da natureza (MEDEIROS, 2006).

Ano	Instrumentos	Tipologias	Categorias
<b>De 1934 - 1964</b>	Código de Caça e Pesca (Dec. 23793/1934) Código Florestal (Dec. 23793/1934) Constituição Federal e Parque Nacional de Itatiaia em 1937	Floresta Protetora; Floresta Remanescente; Floresta de Rendimento; Floresta Modelo; Parque de criação e Refúgio Animal	Parque Nacional; Floresta Nacional; Reserva de Proteção Biológica ou Estética; Parque de Reserva, Refúgio e Criação de Animais Silvestres
	Novo Código Florestal (Lei 4771/1965)	Parque Nacional; Floresta Nacional; Área de Preservação Permanente; Reserva Legal	
<b>De 1965- 1984</b>	Lei de Proteção aos Animais (Lei 5197/1967)	Reserva Biológica; Parque de Caça Federal	
	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (Dec. 289/197)		
	Programa MaB, 1970 (Dec. 74685/74 e Dec.Pres. 21/09/99)	Áreas de Reconhecimento Internacional	Reserva da Biosfera
	Convenção sobre Zonas Úmidas, 1971 promulgada pelo Dec. 1905/96)	idem	Sítio Ramsar
	Conv. Patrimônio Mundial, 1972 (promulgada pelo Dec. 80978/1977)	idem	Sítios do Patrimônio Mundial Natural
	Secretaria Especial do Meio Ambiente, 1973		
	Estatuto do Índio (Lei nº 6001 de 19/12/1973)	Terras Indígenas	Reserva Indígena, Parque Indígena, Colônia Agrícola Indígena e Território Federal Indígena
	Lei de Criação das Estações Ecológicas (Lei 6902/1981)	Estação Ecológica	
	Lei de Criação das Áreas de Proteção Ambiental (Lei 6902/1981)	Área de Proteção Ambiental	
	Decreto de Criação das Reservas Ecológicas (Dec. 89336/1984)	Reserva Ecológica	

Quadro 1. Continua.

Ano	Instrumentos	Tipologias	Categorias
<b>De 1984-1999</b>	Lei de Criação das ARIEs (Dec. 89336/1984)	Área de Relevante Interesse Ecológico	
	Criação do IBAMA (Lei 7.735/1989)		
	Lei de Criação das RPPNs (Lei 1922/1996)	Reserva Particular do Patrimônio Natural	
<b>2000 em diante</b>	Novo Código Florestal (Lei 4771/1965)	Área de Preservação Permanente e Reserva Legal	
	IBAMA (Lei n 7.735/1989)		PI: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre. US: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural.
	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9985/2000)	Unidades de Proteção Integral (PI) e Unidades de Uso Sustentável (US)	Reserva da Biosfera, Sítio Ramsar, Sítios do Patrimônio Mundial Natural, Reserva Indígena, Parque Indígena, Colônia Agrícola Indígena e Território Federal Indígena
	Criação do Serviço Florestal Brasileiro (Lei n 11.284/2006)		
	Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Lei 11.516/2007)		
	Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012)		

**Quadro 1.** Histórico brasileiro dos principais instrumentos de áreas protegidas. Adaptado de DIEGUES, 2001a e MEDEIROS, 2006.

O ano de 1965 foi marcado pela aprovação do novo Código Florestal, substituindo as tipologias de áreas protegidas da versão anterior por outras quatro: Parque Nacional, Floresta Nacional, Área de Preservação Permanente e Reserva

Legal, que por sua vez definia os parques nacionais como áreas criadas com finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos. Dois anos depois o Decreto nº 289 de 1967, que cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), vinculado ao Ministério da Agricultura, e atribui ao mesmo órgão a administração das unidades de conservação (MEDEIROS, 2006).

No ano de 1973, sob influência do movimento ambientalista fomentado por Conferências Internacionais como a de Estocolmo (1972) e do Clube de Roma é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, cabendo a mesma gerir e fiscalizar a política brasileira para áreas protegidas. Em 1979 o IBDF elabora o Plano de Sistema de Unidades de Conservação no Brasil, recomendando o estudo prévio detalhado para a criação de novas unidades, e ainda recomenda que sejam revistas as categorias de manejo (Parque Nacional e Reserva da Biosfera) (DIEGUES, 2001a).

A SEMA passa então a incluir novos tipos de áreas protegidas: as Estações Ecológicas (ESEC), as Áreas de Proteção Ambiental (APA), em 1981, e as Reservas Ecológicas (RESEC) e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), em 1984, além de mais tarde, em 1996 já como um Ministério, cria as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Em 1989, é criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) com o objetivo de estabelecer e administrar as unidades de conservação. A Fundação Pró-Natureza (Funnatura), organização não-governamental, elabora a proposta do *Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Aspectos conceituais e legais, Brasília, 1989*, baseando-se nos princípios adotados na Europa e Estados Unidos.

Apenas em 1992, a proposta do Sistema é enviada para o Congresso, e após alguns anos em discussão entre correntes ideológicas, que debatiam principalmente sobre as populações tradicionais, a participação popular no processo de criação e gestão das UC's e as indenizações, foi finalmente aprovado por Lei Federal nº 9.985 em 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (DIEGUES, 2001a).

O SNUC define as categorias em dois tipos, refletindo os dois grupos de interesse: Proteção Integral (Parque Nacional, Estação Ecológica, Monumento Natural, Reserva Biológica, Refúgio da Vida Silvestre) e Uso Sustentável (Áreas de

Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural) (BRASIL, 2000).

Apesar de apresentarem significativos avanços na legislação brasileira, o SNUC conta com inúmeras dificuldades de execução por principalmente a falta de planejamento à longo prazo e o aporte de recursos. Em uma tentativa de solucionar parte dos problemas referentes às áreas protegidas brasileiras e uma resposta à Convenção da Biodiversidade de 2004, foi instituído pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), pelo Decreto nº 5.758 de 2006. Com sua base no SNUC, o Plano propõe a integração das UC em um sistema mais abrangente, incluindo terras indígenas, os territórios quilombolas, as áreas de preservação permanente e as reservas legais, portanto a participação das comunidades locais torna-se claramente importante para o alcance dos objetivos (BRASIL, 2006).

Como detalhado no Decreto nº 4.340 de 2002, que regulamenta o SNUC, as UC devem ser geridas pelos Conselhos, sendo que de acordo com a categoria o Conselho pode ser Consultivo ou Deliberativo, o primeiro para o caso das unidades de Proteção Integral é consultivo e deve estar representado, como previsto no Artigo 29 do capítulo 7, por órgãos públicos, organizações da sociedade civil, proprietários de terras quando Refúgio da Vida Silvestre, e quando for o caso por populações tradicionais residentes.

A questão das populações tradicionais é fortemente discutida quanto ao reconhecimento e participação dessas comunidades na criação e gestão das UC. Para atender à esta demanda, é criado pelo IBAMA o Centro Nacional de Populações Tradicionais, que dentre os esforços trabalha na criação de Reservas Extrativistas que reconheçam o uso e território das populações tradicionais em diversos biomas.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata de povos tradicionais e tribais em convenções dedicadas ao tema, caracteriza esses povos como os quais possuem residência prévia na área, antes da conquista, colonização ou estabelecimento das fronteiras atuais dos países. Porém, a mesma OIT, enfatiza que a autodeterminação é o critério fundamental para se determinar onde se aplicam as convenções.

O Brasil reconhece a convenção da OIT através do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotadas em Genebra, em 27 de junho de 1989, que em seu Artigo 1º, considera:

A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção. (BRASIL, 2004, Art. 1)

E ainda assegura os direitos das populações em seu Artigo 3º, 7º, 8º:

I. Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desses povos.

II. Não deverá ser empregada nenhuma forma de força ou de coerção que viole os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos interessados, inclusive os direitos contidos na presente Convenção. (Art. 3)

I. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente. (Art. 7)

I. Ao aplicar a legislação nacional aos povos interessados deverão ser levados na devida consideração seus costumes ou seu **direito consuetudinário** (BRASIL, 2004, Art. 6,7,8, **grifo nosso**).

Sobre os direitos as terras tradicionalmente ocupadas dispõem os Artigos 14º e 16º:

I. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de

subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.

II. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

III. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados. (Art. 14)

I. Com reserva do disposto nos parágrafos a seguir do presente Artigo, os povos interessados não deverão ser transladados das terras que ocupam.

III. Sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento (BRASIL, 2004. Art. 14,15,16).

Segundo Diegues (2001a), essas sociedades se reproduzem, explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, mangues e áreas já transformadas para fins agrícolas, através de um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, sobre épocas de reprodução das espécies, com a utilização de um calendário complexo, que ajustam os diversos usos dos ecossistemas.

Quanto ao território das sociedades tradicionais, o autor considera ser bem diferente das sociedades urbanas industriais, no que diz respeito à descontinuidade, marcadas por terras de pousio, ou áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano, este fato tem levado autoridades de conservação a declará-las como partes das unidades de conservação porque não são utilizadas por ninguém. Na desconsideração deste território descontínuo é que se origina parte dos conflitos existentes entre as sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas.

Portanto, o amadurecimento das legislações ambiental e de povos e comunidades tradicionais é algo muito recente e que merece atenção especial quando essas legislações tendem a se sobrepor. Os casos devem ser analisados cuidadosamente pelos gestores de modo que passem a resolver os conflitos, e não intensificá-los, então o diálogo de saberes é uma premissa para que acordos sociais de curto, médio e longo prazo sejam efetivos e se tornem as referências para os atores sociais, quanto à coesão e organização social necessária para que os projetos coletivizem à noção de um desenvolvimento sustentável. Portanto, existe

um grande conflito a ser gerido, que é a conservação da natureza e ao mesmo tempo das culturas tradicionais.

Cabe agora, fazer um paralelo sobre as transformações, no caso brasileiro, das instituições gestoras dessas áreas protegidas até a atualidade.

O marco inicial para esta discussão é a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ligado ao Ministério da Agricultura, a esse cabia a administração das unidades de conservação, e mais tarde seria compartilhada com a Secretaria Federal do Meio Ambiente (Sema), a partir de 30 de outubro de 1973, a administração e criação das unidades de conservação. Um importante produto neste período foi a elaboração do Plano de Sistema de Unidades de Conservação no Brasil, que recomenda o estudo detalhado para a criação de novas unidades e a revisão das categorias de manejo (até então existiam os Parques Nacionais e Reservas Biológicas, para a proteção integral).

Em fevereiro de 1989, é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), extinguindo então a SEMA, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e da Borracha (SEDHEVEA), o IBDF, passando a ter, dentre outras funções, a gestão de unidades de conservação. Nesse período foi publicado o *Sistemas Nacional de Unidades de Conservação: Aspectos Conceituais e Legais, Brasília, 1989*, documento da Funatura (ONG) em parceria com o IBAMA, no qual a única inovação é a proposta de inclusão de categoria de reserva extrativista (RESEX), proveniente da luta das populações de seringueiros na Amazônia (DIEGUES, 2001a).

Depois de alguns anos, em 2006, é instituído o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente para gerir as Florestas públicas para a produção sustentável; e em 2007, é criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, além de alterações no SNUC, e outras providências, atribui ao instituto a gestão das unidades de conservação, e neste caso, o IBAMA passa a atuar como órgão supletivo do poder de polícia ambiental.

Esse histórico de mudanças na legislação ambiental brasileira, quanto ao aumento de restrições e aos órgãos responsáveis pela criação e gestão de UC foi vivenciado por diversas comunidades tradicionais litorâneas inclusive na região do Município de Guaraqueçaba, que na década de 80 foram criadas diversas unidades de conservação sem consulta pública (MEDEIROS, 2006).

## 6 CAPÍTULO 2. PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DO PLANO DE MANEJO (PM)

### 6.1 O PROCESSO FORMAL DO ICMBIO

Parte-se da entrevista com o chefe do PNS, como definição formal e oficial de elaboração do Plano de Manejo do PNS. A concepção do Plano de Manejo compreende a diferenciação do ambiente aquático e terrestre, para a gestão da unidade:

“Cabe ressaltar que o PNS é quase que exclusivamente terrestre. Entendemos a pesca artesanal como fundamental alternativa econômica para as comunidades tradicionais locais, portanto não é alvo de iniciativas de proteção por parte da gestão da UC. Aliás, nem temos como fiscalizar o mar aberto. Informamos ainda, que a partir da participação das comunidades/pescadores estabeleceremos uma proposta de Zona de Amortecimento no Plano de Manejo que permita somente a pesca artesanal e proíba a pesca industrial e embarcações de pesca de sardinha” (Marcelo B., chefe do PNS).

Destaca o reconhecimento por parte dos gestores perante a dependência das comunidades com os recursos pesqueiros, sendo considerada pelo entrevistado como a principal atividade das comunidades, e que esta atividade seja ordenada pelo zoneamento da unidade, o qual permitirá formalizar os usos das comunidades tradicionais e encaminhar a resolução dos conflitos que as comunidades reclamam com relação à pesca industrial, por exemplo, as “sardinheiras”.

Da mesma forma, é orientada a concepção do Plano de Manejo estabelecendo a separação das comunidades inseridas dentro e fora dos limites do PNS:

“É importante lembrar que no Superagui estamos trabalhando em torno de 20 comunidades, mas que a maior parte está no entorno do parque, nós temos cinco comunidades que estão no interior do Parque, que são de maior preocupação e atenção já que estão consolidadas ali. Mas também com as comunidades do entorno que merecem respeito e consideração, que devemos trabalhar com alternativas e poder manter o modo de vida tradicional” (Marcelo B., chefe do PNS).

Quanto ao número de comunidades no interior do parque, o entrevistado contabiliza 5 comunidades, porém no documento do *Relatório Técnico Preliminar Socioeconômico do PNS* (publicado pelo ICMBio em Julho de 2013) contabiliza-se 7 comunidades no interior e 13 no entorno, dentre elas Abacateiro, Barbados, Barra do Ararapira, Canudal, Colônia do Superagui, Ilha do Pinheiro e Vila Fátima. Essa diferença deve ser relacionada às comunidade de Ilha do Pinheiro e Abacateiro consideradas como localidades e não comunidades. Todas as comunidades somam em 2.625 habitantes, nas comunidades inseridas somam-se 316 moradores.

O ICMBio já considera que existem comunidades tradicionais e movimento organizado, tanto por estudos da academia quanto por movimentos sociais de reconhecimento de direitos dessas populações, que vem sendo coordenado pelas Associações de Moradores locais e o Movimento de Pescadores (as) Artesanais do Paraná (MOPEAR), atuantes em Superagui.

Devido à grande demanda no Brasil para lidar com os conflitos com a presença de populações, o ICMBio possui no escritório central, a Coordenação de Gestão SocioAmbiental e Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais, sendo que o principal instrumento legal, para lidar com a presença dessas populações tradicionais em unidades de conservação de proteção integral, são os Termos de Compromisso (TC) ambiental previsto no SNUC, e regulamentados pela IN nº26/2012, que: “estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão” (ICMBIO, 2012).

“Estamos trabalhando com todos os instrumentos possíveis da legislação para conciliar a gestão do PNS com os direitos das populações tradicionais, a saber, como exemplo:

Parceria com a SPU/PR e Min. Público Federal para evitar a especulação imobiliária e garantir permanência das comunidades de pescadores artesanais nas suas áreas;

Termo de Compromisso da Cataia com a Associação de Mulheres da B. do Ararapira em elaboração/ em parceria com o SFB;

Termo de Compromisso da Caxeta com a localidade do Abacateiro em elaboração/ em parceria com o SFB;

Termo de Compromisso de médio prazo a ser previsto no Plano de Manejo para o Caranguejo e para as demais comunidades, pois ainda faltam muitos levantamentos precisos dos usos dos manguezais” (Marcelo B., chefe do PNS).

Tais termos ainda estão em fase de construção e que faltam alguns estudos para ter acordado qual é o manejo sustentável para cada recurso. A Instrução Normativa do TC é vista pelo ICMBio como um dos principais amadurecimentos da legislação do SNUC, já que anteriormente não existia nenhum documento que formalizasse o acordo de uso e ocupação sustentável em unidades de proteção integral, só que desde a aprovação da Instrução Normativa poucos TC foram celebrados, sendo que o mais citado é o Reserva Biológica (ReBio) do Lago de Piratuba, cujo Termo ordena a pesca do Pirarucu, considerada como atividade tradicional das comunidades do entorno da UC.

O uso da cataia, ainda que não formalizado, é permitido em acordo informal com os gestores que entendem a importância medicinal e econômica das folhas da planta, quando beneficiada na forma de bebida alcoólica é facilmente vendida para turistas que a procuram quando visitam a região. Dentre as alternativas econômicas identificadas como potenciais de desenvolver junto às comunidades está a aqüicultura, principalmente, quanto ao cultivo de ostras e de camarão nativos para iscas-viva e o turismo de base comunitária, que diz o entrevistado:

“A questão de apontar o turismo de base comunitária, principalmente porque influenciemos a sede de Brasília, já que somos orientados para o turismo de base comunitária só em RESEX, mas indicamos que existem

comunidades que se relacionam com as unidades de proteção integral e isso deve ser trabalhado principalmente no entorno” (Marcelo B., chefe do PNS).

O turismo de base comunitária tem sido muito difundido e demandado por comunidades que pretendem incorporar o turismo de uma maneira diferenciada do convencional, porém o turismo de base comunitária exige uma demanda e envolvimento da comunidade no processo de qualificar a mão-de-obra local para lidar e gerir a atividade. A posição do chefe demonstra o real interesse de incentivar este tipo de turismo em todas as comunidades, com os possíveis atrativos em potencial, que foram analisados através da consultoria para o diagnóstico de Uso Público, porém o que se percebe é a falta de infra-estrutura e preparo das comunidades para lidar com o turismo que no decorrer dos anos está se tornando de massa na região.

Como exemplo negativo, o entrevistado se refere ao que se tornou a Ilha do Mel e demonstra a preocupação e posição do ICMBio para que o mesmo não ocorra nas Vilas das Peças e da Barra do Superagui. Outras atividades que também demonstram potenciais é o artesanato, a criação de abelhas, entre outras.

A especulação imobiliária é um problema crescente principalmente nas Vilas maiores que possuem acesso facilitado e um pouco de infra-estrutura para serem recebidos. Cada vez mais freqüente a instalação de casas de veraneio foi reprimido pelo órgão gestor, uma vez que não é possível tanto por ser Patrimônio da União, quanto pelo território estar sobre legislação específica, portanto o chefe do Parque reconhece os conflitos gerados pela intervenção do órgão demolindo estas casas que não eram de nativos, o que gerou descontentamento, mas o mesmo afirma que:

“Contamos com a parceria do SPU, para lidar com a maior pressão da especulação imobiliária, então tentamos evitar que eles vendam para o pessoal de fora, como aconteceu com todo litoral do Paraná. Ao redor e no interior do Parque isso aconteceu em Vila das Peças, então o Parque/IBAMA começaram a demolir as casas, mas a própria comunidade se revoltou e pediu para deixar as que já estavam construídas, por isso a comunidade da Vila das Peças já é mais descaracterizada, mas foram eles mesmo que pediram para deixar as casas dos veranistas lá. De toda forma, de agora em diante não se pode os moradores nativos venderem para os veranistas, e muitas vezes eles criticam essa falta de liberdade, mas é uma

lei que não é nem do Parque é do Patrimônio da União e que também é pro benefício deles. Por isso quando eles vão fazer reformas, ampliação ou novas moradias pedimos que eles nos façam o pedido que daí a gente ajuda a conseguir a autorização junto com o SPU” (Marcelo B., chefe do PNS).

Uma das principais ações de fiscalização no PNS pelo ICMBio é referente à novas construções e reformas, tentando evitar que as comunidades cresçam, o que gera um conflito quando os moradores no crescimento da família (casamentos e filhos) sentem a necessidade de ampliar as casas ou construir novas, como também as comunidades vêm no turismo uma alternativa de geração de renda. Essas ações de demolição na Vila das Peças podem justificar a insatisfação e pouca participação desta comunidade no processo de planejamento e gestão da unidade.

Importante destacar que em poucos momentos sinaliza o uso do solo nas áreas de Parque para a agricultura, que para essas comunidades que é a principal alternativa alimentar na escassez de pescados, mas em um questionamento sobre esta questão, o entrevistado salienta que:

“(...) a maior dificuldade foi que quando teve a criação do Parque as comunidades já não tinham mais agricultura, aonde tinham lavouras elas poderiam ter continuado e com a criação das unidades não se pode abrir novas roças, assim dentro como fora. A lei da Mata Atlântica impede isso, como o caso da Barra do Superagui que está fora do Parque e não pode abrir roça, desmatar, isso é questão de amadurecer a legislação no futuro, mas deve ser tratada com muito cuidado já que sempre que ganhamos algo perdemos outro. Oferecemos a possibilidade de solicitar uma horta para a Barra do Superagui” (Marcelo B., chefe do PNS).

São observadas inconsistências de percepção pelas comunidades em relação às diversas leis ambientais incidentes na região, e atribuem todas ao ICMBio. Nesta entrevista o chefe comenta que em relação ao ICMBio, as roças já existentes e a hortas comunitárias são aceitas, mas o que argumenta é que as áreas de roça já estão abandonadas e os jovens não se interessam pela atividade:

“As demandas devem surgir da comunidade, sugerimos a possibilidade de hortas comunitárias, para tentarmos junto com o SPU para utilizar uma

área degradada e recuperar. As pessoas já poderiam estar desenvolvendo as hortas. Temos uma demanda grande com relação aos resíduos de pousadas, o resíduo orgânico de restaurantes e do pescado, principalmente da casca do camarão, e o cisco do mangue, que poderiam ser transformados em adubo e podendo ser comercializado. As restrições são relativas à abertura de novas roças, mais pela lei da Mata Atlântica que do Parque” (Marcelo B., chefe do PNS).

Quanto à organização comunitária e participação no processo de elaboração do Plano de Manejo o entrevistado afirma existir diversas situações de organização e participação, variando de comunidade para comunidade:

“Cada comunidade é muito diferente da outra. São comunidades extrativistas, mas que sofrem uma pressão externa importante da lógica capitalista. Muitas fora de sua tradicionalidade querem fazer construções para veraneio, muros ou cercas para delimitar o terreno. E cada vez mais tem se perdido as áreas comuns. Isso é mais acentuado em algumas comunidades, Tibicanga e Barbados são mais tradicionais, que conseguem resolver melhor seus próprios conflitos. Apesar de que em Tibicanga já demonstra vontade de cercar suas propriedades e na especulação dos terrenos, com a chegada da energia elétrica tem surgido a demanda de propriedades individuais. Mas isso depende de uma associação de moradores forte, o que não ocorre na maioria das comunidades, na verdade elas são frágeis e isso é uma coisa em que a academia poderia fortalecer: o associativismo.

O extrativismo gera uma competição, o que não é o caso do agricultor que é uma característica mais cooperativa, então isso deve ser trabalhado a questão da associação para que consigam fazer o uso do território de forma mais saudável. O MP Federal ajudou a estabelecer algumas regras de convivência para o território, das áreas, das construções, que podem ser de alvenaria, não com a cara do veranista, mas que tenha uma identidade deles, mas também deixar as comunidades com um mínimo ordenamento do território. Quanto mais autônomos as comunidades estiverem é mais saudável do que o ICMBio ter que interferir. O consenso entre pescadores é muito difícil, um exemplo é a legislação no Estado do Paraná, que proíbe o cerco fixo, enquanto que em São Paulo é permitido, para os pescadores daqui alguns são contra e outros a favor, o que dificulta para os gestores defenderem eles sem consenso” (Marcelo B., chefe do PNS).

Sobre o estado de atual do processo de elaboração do Plano de Manejo e das etapas já vencidas o chefe Marcelo Bresolin comenta sua avaliação:

“Positivamente, primeiro porque existe um roteiro metodológico, o que é feito normalmente é a contratação de uma empresa privada para elaborar o plano de manejo, mas esse tipo é questionável já que quer fazer o mais rápido possível e o objetivo é ter lucro e tudo mais. O que a gente fez para ter mais contato com a realidade e cobrar para que este documento seja mais participativo, optamos por contratar consultorias de pessoas físicas: uma para o encarte do diagnóstico do meio físico e biológico, e agrupar o trabalho das demais; a outra do socioeconômico; e outra do turismo e capacidade de suporte” (Marcelo B., chefe do PNS).

O chefe do parque faz uma crítica referente ao que muitos acreditavam que seria feito com o Plano de Manejo do PNS, através da contratação de pessoa jurídica para elaborar o Plano de Manejo, o que em muitos casos representou o fracasso de tais planos por não conterem o contexto das comunidades envolvidas, quanto menos garantir a participação da população.

Sobre o Plano de Manejo, é atribuído ao Conselho Gestor para o cumprimento dos objetivos do plano, através da qualificação dos conselheiros para o planejamento e gestão:

“Em 2011, começamos a mobilização, através de uma **oficina de capacitação sobre o PM** com as comunidades, é claro que nem sempre tem a participação esperada, a gente chama, mas na hora quando se quer ter algo mais aprofundado de mais de um dia, poucas as pessoas que dispõem a ficar mais de um dia na reunião mesmo com o combustível e a hospedagem pagos. Depois foi feito um trabalho de **Enriquecimento prático** com ferramentas do DRP (em março de 2012), com o levantamento de ações no planejamento ou conflitos para serem colocados ou no Diagnóstico ou no Planejamento. Foram produzidos alguns materiais informativos (cartilhas) sobre o Plano de Manejo, além das oficinas, mas mesmo assim os comunitários demonstram dificuldade; o nome de Manejo é muito confuso para as comunidades, deveria ser Plano de Gestão, porque basicamente são ações de gestão para os próximos cinco anos. E então, foi feita a **apresentação das consultoras** para as comunidades de

dentro e fora do Parque, contando novamente com as ferramentas do DRP. Outra ferramenta de gestão que tem sido bastante usada é o Conselho, que já vem abordando e participando do Plano de Manejo desde 2011, isso em cada etapa. (...) Depois o que foi feito agora é o campo dos **Diagnósticos**, que as consultoras do **Socioeconômico e do Uso Público** fizeram. Estamos trabalhando na revisão dos produtos das consultorias, que deve ser corrigido e complementado. Esse Diagnóstico, que ainda é *preliminar*, foi distribuído nas comunidades para ter a avaliação das comunidades. Das oficinas previstas no roteiro metodológico foram feitas a **Oficina de Planejamento Participativo (OPP)** em Guaraqueçaba, com pequena participação das comunidades, por mais que a gente fez uma super mobilização e o pessoal acabou não indo, mas foi compensado pelos trabalhos anteriores de ir nas comunidades; e a **Oficina de Pesquisa (OP)**, que são exigidas” (Marcelo B., chefe do PNS, **grifo nosso**).

O entrevistado comenta que vem sendo feito um trabalho junto as comunidades desde 2011, utilizando as metodologias do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que é a metodologia padrão utilizada pelo ICMBio para o diagnóstico e planejamento participativo em unidades de conservação. Portanto, até agora foram realizadas para a elaboração do Plano de Manejo: a atividade de Enriquecimento Prático; Apresentação dos Consultores; Reconhecimento de Campo; Oficina de Pesquisa (OP) e Oficina de Planejamento Participativo (OPP). Até este momento, o chefe afirma ter identificado 200 ações para o Planejamento do Plano de Manejo, próxima atividade a ser desenvolvida nos meses a seguir. Além de 98 contribuições participativas para o Zoneamento.

A cartilha elaborada para informação do Plano de Manejo aparenta ser uma boa iniciativa de explicação para as comunidades, mas a comunicação parece ser insuficiente quanto atingir o público alvo que são comunidades que possuem baixa instrução escolar, em muitos casos são analfabetos, e não estão explícitos os momentos e as formas que poderão participar. Ainda é destacado neste produto que é importante que nada possa ser escrito contra as leis existentes.

“O cuidado sempre de mobilizar avisando sobre as reuniões e indo nas comunidades, desde o princípio achávamos que não podia se esgotar só no roteiro, então fomos às comunidades e fizemos os trabalhos nas comunidades com as oficinas e principalmente no enriquecimento prático, da apresentação das consultoras e o produto delas, fomos para buscar as

informações, tanto para o diagnóstico quanto para indicações para o planejamento. O trabalho da OPP foi muito rico em função dos outros atores, como a prefeitura, Ministério Público Estadual, SPU, Secretaria da Cultura de Guaraqueçaba, por isso bem interessante; e o pessoal de Brasília, que facilitou a oficina, pode perceber que aqui é uma realidade diferente, já que existe uma realidade com cultura e população tradicional dos pescadores artesanais. De início houve um conflito com a moderadora, que foi muito positivo e que a gente já entendeu que aqui tem comunidade tradicional e que o território deve ser respeitado” (Marcelo B., chefe do PNS).

É destacada a importância de vários momentos de interação com a comunidade para a validação das informações e contribuir visitando as comunidades para obter maior participação nas oficinas, que até o momento se totalizam em cinco reuniões. Quanto às ferramentas de DRP utilizadas no Diagnóstico, estão: a observação participante, calendário histórico, entrevistas (estruturadas, semiestruturadas e com informantes qualificados) e reuniões. Foram abordados nas reuniões os temas: educação, saúde, energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação do lixo, lazer, comunicação (correios e telefone), transporte, moradia e domicílios, trabalho e renda e percepção do PNS.

Em relação à comunidade de Barbados, o Diagnóstico Preliminar Socioeconômico identifica as questões a serem trabalhadas: baixo preço de venda do peixe e do camarão; proibição do cerco; proibição de extração de madeira; falta de assistência para o cultivo de ostra; falta de continuidade no projeto de criação de ostras e material; renda insuficiente e falta de emprego; falta de escola de ensino fundamental; escola multisseriada necessita de reforma, entre outras. Quanto ao mesmo documento em relação à organização social, Barbados possui uma cozinha comunitária que é insuficiente e precária, organizada pela Associação de Mulheres em parceria da Associação de Moradores.

Quanto a participação da comunidade de Barbados na elaboração deste documento durante o processo, é demonstrada através da lista de presença da atividade de reconhecimento de campo, em que teve a participação de 13 membros. Em outros momentos a comunidade é representada por Antonio Custódio, presidente da Associação de Moradores de Barbados, como na Oficina de Planejamento Participativo (OPP), em Guaraqueçaba.

Segundo o relatório da Oficina de Apresentação dos Consultores em Barbados, realizada no Espaço Michaud no dia 15 de agosto de 2012, dentre os apontamentos para o Plano de Manejo registrado, estão: a captura do caranguejo na época da andata; restrição do pernoite de embarcações turísticas em frente a comunidade e a Ilha do Pinheiro e Pinheirinho. Os conflitos destacados pela comunidade estão: restrição nas áreas de pesca (interior do parque) e plantação; locais para a retirada de lenha; e o uso de recursos da floresta (cipós, palhas e madeiras). Como alternativas é destacada: a criação de ostras e de abelhas; o artesanato; o turismo; e o reconhecimento das leis para as comunidades caiçaras.

Dentre as ações que serão tomadas para a situação de permanência das comunidades dentro da UC, o chefe do parque afirma que:

“O próprio PM é uma ferramenta de gestão, por isso o Diagnóstico deve ser consistente, que aponte realmente aonde tem as interfaces e conflitos, as ações que já têm encaminhadas e as que vão ser encaminhadas no futuro, e principalmente no zoneamento, a gente quer deixar algumas coisas mais consolidadas, no exemplo de Parques existe apenas uma Zona de Ocupação Temporária para as áreas das comunidades e a gente já aponta em todo momento no Diagnóstico que existe uma solução diferenciada, que são comunidades tradicionais consolidadas, onde a maior parte do uso dos recursos é fora do parque que é a pesca artesanal. A gente quer fazer uma consulta jurídica para apontar no futuro TC e no zoneamento um outro nome para essas zonas, então sugerimos um outro nome para essa zona: Zona de Ocupação Tradicional/ Histórico-Cultural, que já existe no roteiro(...)

Quanto à idéia de realocação das comunidades, entendemos que as comunidades locais estão consolidadas e a maior parte do uso dos recursos é fora do parque, no caso de Brasil, não existe exemplo de comunidades tradicionais realocadas. Existe um amadurecimento da lei que indica que deve-se ter cuidado, no ICMBio está sendo feito um levantamento de aonde está tendo esta interface.

O que faremos no parque é tentar chamar de Zona Histórico-Cultural, indicar que essas comunidades não estão impactando a unidade e indicar uma solução. Um prazo para o amadurecimento da legislação e apontar a solução, ou em longo prazo redefinir, redelimitar para excluir do parque a área dessas comunidades, ou deixar zoneadas dessa forma, pois daqui a 30-40 anos talvez seja interessante para a comunidade estar no parque.

Talvez amadureça o relacionamento com as comunidades de forma que a convivência permita o permanecimento no parque” (Marcelo B., chefe do PNS).

Portanto, a principal ferramenta que o ICMBio no PNS quer utilizar para solucionar os conflitos com as comunidades é a utilização dos Termos de Compromisso, o Plano de Manejo e o Zoneamento, que tornam a proteção integral passível de um uso regulado pelas comunidades tradicionais por um acordo temporário. Isso até que, como diz o chefe, a legislação amadureça, ou seja redefinido os limites para que determinadas regiões fiquem fora do parque. O entrevistado ainda é otimista quanto ao relacionamento com as comunidades a fim de que seja possível no futuro que permaneçam no interior do parque.

Segundo o chefe do PNS a falta de parcerias muitas vezes sobrecarrega a gestão em questões que não são de competência do órgão:

“Dentro do contexto observamos que dentre os grandes problemas da região, um deles seria essa lógica extrativista frente a um contexto capitalista, isso vai ser um grande dilema para as gerações futuras: a comunidade de população tradicional extrativista dentro de um mundo que é todo capitalista, e muitas vezes as pessoas da academia acabam polarizando só a questão das unidades de conservação e muitas vezes não é o grande conflito e sim o próprio modelo econômico que tá conflitando, e ainda a ausência do governo no município de Guaraqueçaba, então falta política pública, fomento, assistência social, saúde e educação. Então como muitas vezes a gente que está a frente recebe todo ônus da política do estado. Não temos as ferramentas para solucionar os problemas como o do bolsa família, não conseguimos preencher a lacuna do Estado nessa região, mas a gente tenta. (...)

A unidade se interessa por trabalhar melhor a questão do ICMS ecológico, que no estado do Paraná é muito forte, o Parque gera para a prefeitura de Guaraqueçaba uma arrecadação muito grande, o recurso deve ser direcionado para as comunidades no contexto do parque. Tentamos criar uma tábua de avaliação sócioeconômica das comunidades, estimulando a prefeitura para aplicar na questão de educação, saúde e segurança, mas a prefeitura não se interessou em criar uma política para isso. Será tentado articular com a Câmara de Vereadores de Guaraqueçaba para que se crie um direcionamento mínimo do ICMS Ecológico para as comunidades

afetadas pelo parque, para que não se perca em folhas de pagamento” (Marcelo B., chefe do PNS).

Não só a ausência do Estado, mas também a ausência das Universidades, que em parceria com as unidades de conservação poderiam subsidiar o trabalho de gestão:

“O modelo educacional da academia privilegia a quantidade do que a qualidade, então muitas vezes temos projetos que não terão benefícios diretos, mas indiretos, no entanto é possível fazer uma qualificação dos trabalhos para que tenham uma destinação socioambiental, isso melhoraria muito a gestão das unidades de conservação e a consolidação dos povos tradicionais na região” (Marcelo B., chefe do PNS) .

O entrevistado ainda faz uma crítica às visões extremistas que os trabalhos das academias produzem, quando por um lado só focam nas questões que são a origem do conflito, mas não apontam as possíveis soluções e alternativas a serem trabalhadas em conjunto. O mesmo, afirma que está havendo muita confusão quanto ao caráter do documento até agora publicado, que segundo o entrevistado é um Relatório Preliminar do Diagnóstico do Plano de Manejo, portanto é o momento de ser discutido com as comunidades e conselheiro o conteúdo do documento, antes de ser aceito como o Diagnóstico final.

O relatório entregue às comunidades é muito extenso e utiliza a linguagem acadêmica, o que pode estar dificultando a compreensão do conteúdo do documento por parte dos comunitários.

## 6.2 PERCEPÇÕES EM BARBADOS

A recepção e estadia positivas na comunidade de Barbados nos dias de campo foram possíveis graças ao acolhimento de uma das famílias da comunidade que é mais aberta para o acolhimento em suas próprias casas. A interação com esta família, que demonstra ter importante liderança na comunidade, quanto ao histórico familiar; a localização das casas, mais próximo às ruínas do colono suíço Willian

Michaud; os chefes da família são lideranças na Associação de Mulheres e referência na pesca para a comunidade; e além de estarem compartilhando na mesma região quatro casas do mesmo tronco familiar.

Outra importante porta de entrada na comunidade é o contato com o presidente da Associação de Moradores, o senhor Antonio Custódio, representante da comunidade em diversos momentos de gestão do PNS.

Na primeira ida à Barbados de 24 à 27 de maio de 2013, já pode-se perceber algumas das insatisfações dos comunitários em relação aos gestores, aos projetos de agentes externos e à prefeitura de Guaraqueçaba.

Dentre os temas mais comentados pelos moradores estão:

a) o acesso à energia elétrica por fiação da COPEL;

b) as dificuldades na pesca em relação à diminuição do pescado e ao preço baixo vendido para os atravessadores, a crescente competição e a falta de pescado tem tornado a questão da subsistência em estado crítico, já que muitas vezes em períodos em que a pesca está fraca as famílias não tem o que comer e falta de dinheiro para comprar os alimentos processados;

c) a insuficiência das tecnologias solares (aquecedor de água e painel fotovoltaico), pois o projeto das tecnologias não conta com as variações da rota do sol e o predomínio de tempos nublados na região, também não levou em conta as observações da comunidade quando instalados em lugares impróprios dos terrenos;

d) o abandono do projeto iniciado pela EMATER, que visava à consolidação da maricultura de ostras;

e) a falta de organização e participação na Associação de Moradores pelo descrédito de muitos comunitários em relação ao Associativismo como força integradora e solucionadora dos conflitos. A dificuldade está em trabalhar com trâmites burocráticos, sem assessorias;

f) a diminuição até a perda da prática da agricultura, historicamente praticada pelos colonos suíços (cultivos de arroz, banana, mandioca, maracujá, uva, abóbora, melancia e outros);

g) a diminuição e até perda dos costumes tradicionais como o Fandango, os mutirões de agricultura, a cura natural (benzedoiras e parteiras) e a fabricação artesanal de objetos com madeira (remos, gamelas, canoas, casas de farinha, dentre outros) e petrechos de pesca (nem todos os moradores confeccionam suas próprias redes, apesar de que todos sabem fazer a manutenção);

h) e por parte de Custódio, o presidente da Associação, ainda pairava muitas dúvidas na comunidade sobre o resultado das atividades de Diagnóstico para o Plano de Manejo, o que explica a falta de opinião de alguns moradores sobre o andamento do processo.

Na segunda ida à comunidade nos dias de 11 a 13 de outubro de 2013, foram realizadas as técnicas de observação participante e entrevistas semi-estruturadas com 10 moradores da comunidade. Neste momento o movimento em relação ao Plano de Manejo já era mais visível, já que a saída contou com uma reunião comunitária de Barbados e outras comunidades (Tibicanga, Barbados, Barras do Superagui, do Ararapira e Bertioiga, e outras que não compareceram por empecilhos).

O motivo da reunião era o enfrentamento ao Plano de Manejo, já que a percepção geral é que o processo não está sendo conduzido de maneira participativa e não está sendo devidamente considerada a questão das populações tradicionais na região.

Inclusive as comunidades pesqueiras da região, articulados por algumas colônias de pescadores e a MOPEAR, cuja experiência desta última com o movimento da Cartografia Social, utilizaram a reunião para esclarecer os direitos e legislação que envolve populações e comunidades tradicionais; como também os instrumentos para o auto-reconhecimento e o reconhecimento legal do território. Como premissa é necessária a articulação das comunidades para realizarem um abaixo-assinado pela auto-identificação e um levantamento com a utilização de GPS para a regulamentação dos usos do território através da Cartografia.

Em segundo momento desta reunião, no período da tarde, foi trabalhada a idéia de articulação para o enfrentamento ao Plano de Manejo. Foram sugerido dois caminhos para avaliar o processo: i) via Ministério Público e ii) via autoridades dentro do ICMBio. Pelo reconhecimento de toda a população tradicional (pescadores artesanais ou caiçaras) da região foi decidido realizar um abaixo-assinado com todas as comunidades dentro e fora do Parque que não estavam representadas (Sebuí, Vila Fátima, Canudal, Poruquara, Guapicum, Almeida, Ilha Rasa, Tromomô, e outras) e organizar mutirões para a demarcação das áreas de uso comunitário do território com GPS. Após esta demarcação concluída seria encaminhada, junto com um parecer técnico de pesquisadores, a proposta aos gestores e autoridades do

ICMBio, Ministério Público Estadual e Federal, para reivindicar seus direitos e a apuração do Plano de Manejo.

Neste momento é observado que foi utilizada a metodologia padrão do ICMBio, como o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), mas para as lideranças o documento não especificou a metodologia empregada, pois seus resultados não foram validados participativamente. O que aparenta para os técnicos que avaliaram é a tendência de o documento descrever as comunidades com fracos traços culturais e a inexistência de práticas tradicionais de manejo. Também não consta as opiniões da comunidade, que diz não ter participado em sua maioria.

Dentre os principais assuntos já destacados pela própria comunidade na primeira saída, os moradores comentaram alguns outros conflitos em Barbados, como: o aterro do campo de futebol, uma pequena contenção do campo de futebol, e a extração de areia que gerou notícia na mídia e pressão por parte dos gestores pela falta de autorização para realizar as atividades na comunidade, mesmo que o aterro tenha provindo da própria comunidade e não demonstre ter gerado grande impacto.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que a especialização na pesca, crescente na comunidade, através do investimento na atividade visando maior retorno econômico, é a principal forma que os nativos vêem de gerar renda, mesmo que destaquem o aumento do número de pescadores e falta de pescado, o que nos últimos anos tem dificultado muito o rendimento da atividade. A falta de recursos pesqueiros tem levado a uma adaptação dos petrechos, quando mudam de pescaria ou investem em materiais (principalmente redes) mais baratos provindos dos pólos industriais (Vale do Itajaí).

A questão da agricultura sempre ganha destaque na comunidade, mas o que pode ser percebido nesta saída foi a presença de hortas familiares e a presença de algumas áreas de roça, que permanecem em áreas um pouco afastadas das casas por um receio com a fiscalização. Mesmo proibida a resistência em permanecer com as atividades de agricultura demonstra a grande importância na dieta das famílias, que dependem da compra de muitos produtos industrializados que por sua vez, chegam com preços altos e geram grande parte do lixo, outro problema na comunidade. A destinação mais usual do lixo é a queima ou enterrado, o orgânico algumas vezes é dado para animais domésticos. Os moradores alegam a falta da prefeitura em relação ao recolhimento deste lixo.

Em uma visita a área de roça de uma família foi possível perceber o medo com a fiscalização, por essas áreas serem escondidas na floresta. As áreas atualmente usadas foram utilizadas por muitos anos e a forma como é cultivada permite que a fertilidade do solo continue boa. Os principais cultivos desta família são a mandioca, melancia, banana, maracujá, xuxu, cará, limão e outros. Todas as atividades do cultivo estão de acordo com as fases da lua. Como estava no início da Primavera, a atividade era o preparo do solo, através da capina e queimada controlada da matéria verde, depois as cinzas são utilizadas para fertilizar a plantação, que ocorre nas luas crescente e cheia e a colheita nas luas minguante e nova.

A renda alternativa nesta época do ano é principalmente, como guia de pesca esportiva e com a venda de camarão ferrinho para isca viva. O sistema para manter o camarão vivo consiste em uma bomba de 200 litros inteira furada, que fica boiando logo em frente às casas das famílias, é pescado pela técnica do gerival, geralmente durante a noite e madrugada, e mantido vivo nas bombas por até meses para então ser vendidos em fins de semana ou feriados. Outra alternativa para geração de renda é o cultivo de ostra, que por interrupção do projeto para o cultivo (EMATER), não são fornecidas as sementes prometidas, o que intensificou a retirada das ostras do mangue para a engorda nas lanternas, prática mal vista pelos gestores da unidade, portanto a atividade passa ser insuficiente, sem apoio técnico e até prejudicial pela falta de fornecimento da matéria prima.

Nas entrevistas com alguns moradores foram identificados diversos casos de conflitos entre tipos de pesca e com outras comunidades em pesqueiros compartilhados. Um dos entrevistados comenta que é contra a pesca de rede porque os pescadores armam a rede em função da fase da lua e deixam a rede por até cinco dias, capturando diferentes espécies de peixes, incluindo peixes menores que ainda não reproduziram e afugentam os cardumes que percebem a persistência da rede.

O mesmo morador comenta sobre o conflito com a pesca esportiva que utiliza o conhecimento tradicional através do pagamento de diárias como guia de pesca, em apenas um dia esses turistas mapeiam os pontos de pesca para retornarem sem o guia e capturam os melhores exemplares (reprodutores).

O que gerencia os conflitos entre as comunidades é o respeito por parte das famílias que se relacionam historicamente, e compartilham os espaços de pesca,

porém não existem, na maioria dos casos, demarcações físicas de propriedade dos pesqueiros, como ocorre nos casos da Ilha das Peças e Pontal do Paraná, por exemplo. Atualmente em Barbados percebe-se principalmente as pescas: de espinhel para peixes maiores como robalo e bagre, de tarrafa para parati e tainha; de gerival para camarão ferrinho e sete barbas; de vara; de gaiola para siri e baiacu, e de rede para diversos peixes como pescada, bonito, cavala e outros.

A energia é uma discussão muito presente e que gera insatisfação para os moradores devido à tecnologia que não foi apropriada pela comunidade, já que a comunidade alega que aceitou o projeto como foi proposto, com a promessa de suficiência de energia, mas o que se percebe é o padrão de vida adaptado a esta tecnologia (utilização de eletrodomésticos com cautela e com racionamento). Já existem sugestões de melhorias para o equipamento, porém a comunidade não tem autorização de realizar a manutenção que é feita pela Copel, ou a possibilidade de dar feedbacks para que as alterações sejam feitas. Importante lembrar que este projeto foi uma alternativa à utilização de geradores de energia à diesel comumente utilizado pelos moradores, mas que o órgão gestor alegava causar muito impacto ambiental.

Para o sistema de aquecimento de água, os moradores questionam que a água está muito aquecida quando o tempo está quente, ou seja, quando não necessita.

Quanto ao abastecimento de água, existem três nascentes que são compartilhadas em toda a comunidade, a água é levada às casas por tubulações individuais. Com problema no fornecimento de água, quatro moradores de casas diferentes se reuniram para solucionar o problema compartilhado de falta de água vindo de uma pequena contenção de uma nascente no morro atrás das casas e que abastece também a escola. A limpeza e manutenção do sistema são feitas pelos próprios moradores que compartilham a nascente.

Um entrevistado que é um dos moradores mais velhos e respeitados da comunidade, revela sua insatisfação com a relação entre as famílias dentro da comunidade, quando o morador reclama da falta de iniciativa e compromisso das pessoas da comunidade para os assuntos coletivos, como, por exemplo, o conserto do trapiche comunitário, as reformas urgentes da Casa de Cultura, do Espaço Michaud e outras questões. Ele acredita que é devido à espera de muitos da

comunidade pela iniciativa da prefeitura ou de promessas políticas e lamenta a falta dos mutirões que tinham grandes resultados e era um movimento autônomo.

### 6.3 CONFLITOS

Os conflitos socioambientais são definidos para este estudo por:

“(…) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaças por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos, ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo e pelas águas etc. Este conflito tem por arenas unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbólico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes” (ACSELRAD, 2004, p.24).

Segundo Diegues (2001c), tanto em áreas da Amazônia quanto na Mata Atlântica, existiam e existem propriedades comuns ou apropriação comunitária, que foram implantadas pelo Governo propriedades públicas, transformando essas áreas em unidades de conservação. Quando são unidades restritivas (parques nacionais e reservas ecológicas), ocorrem em muitos casos a expulsão de comunidades tradicionais, e mesmo com as limitações ao seu modo de vida algumas dessas comunidades permanecem residindo nas áreas protegidas, em outros casos emigram para o entorno, sem assistência, ou para as regiões urbanas onde ocupam a periferia. Este caso que vemos no PNS e em outras unidades de conservação da região, espelhados na comunidade em estudo, é um conflito entre a propriedade pública e as formas tradicionais de acesso à terra dos comunitários.

Mesmo que estas populações tradicionais tenham demonstrado descaracterização cultural, nos estudos de Vivekananda (2001) e Kashiwagi (2011),

em função da constante modernização das comunidades pesqueiras, seja por processos turísticos, uso balneário, urbanização ou globalização, ainda são evidentes a resistência dos traços culturais que são práticas essenciais para a sua subsistência (DUARTE, 2013). Portanto, ainda que a pesca artesanal já revele desarticulação de práticas e formas de saber vividas ancestralmente, requer todo um arsenal acumulado sobre o espaço marítimo, construído pelo saber, experiência e intuição. Nesse processo é possível evidenciar na cultura do pescador artesanal um conjunto de saberes integrado ao ecossistema marinho (CUNHA, 2007).

Cada vez torna-se mais comum os casos em que são reconhecidos o conhecimento acumulado do mundo natural e os sistemas patrimoniais de manejos dos recursos como fatores fundamentais no papel desempenhado pelas populações tradicionais para a proteção ambiental (DIEGUES, 2001c).

No caso do PNS, o reconhecimento formal dessas comunidades deve se desenvolver por parte do órgão gestor, que está se propondo através da participação comunitária a conservação da biodiversidade e da cultura local. Os principais instrumentos formais que estão disponíveis são o Conselho Consultivo, o Plano de Manejo e o Zoneamento Ambiental, que apesar do atraso, desde 2011 o ICMBio vem realizando oficinas participativas para o diagnóstico do PNS, como detalhado anteriormente. Porém na percepção da comunidade de Barbados, o produto do diagnóstico não considerou a questão das populações tradicionais e o uso dos recursos naturais de subsistência, como também a ocupação específica da comunidade. Diversas são as queixas de conflitos entre atores sociais que não devem ser desconsiderados, e sim solucionados por mecanismo formais e informais.

Outra importante ferramenta destacada pelo ICMBio, que está sendo trabalhado em outras unidades de conservação de proteção integral são os Termos de Compromisso, que a partir da metade de 2012 foi regulamentado, permitindo que populações tradicionais tenham seus usos e ocupação formalizados através de acordo social documentado dentro do ICMBio. Dentre os acordos em vias de formalização estão o uso da Cataia e da Caixeta pelas comunidades caiçaras, sob a supervisão do Serviço Florestal Brasileiro, para garantir que o extrativismo destes recursos seja sustentável.

Previsto no SNUC o prazo de cinco anos para elaboração do Plano de Manejo, o atraso recorrente em diversas unidades de conservação no Brasil é devido à falta de recursos financeiros, principalmente. Em outros casos foram

elaborados Planos sem considerar a realidade socioambiental e por isso não tiveram respaldo das comunidades envolvidas (MMA, 2004).

Sobre o caso do PNS, Duarte (2013) afirma que é o exemplo de que para se proteger uma área efetivamente é preciso que outra seja impactada, se referindo aos recursos financeiros provenientes da compensação ambiental do Porto de Itapoá que estão sendo utilizados para realizar o Plano de Manejo em questão. Para a mesma autora, esta fase do processo está limitada a consulta da realidade das comunidades, enquanto esta última queria estar com o poder de decisão sobre o território que ocupa.

De acordo com as tipologias de participação, este momento do processo, segundo Pretty (1995), a comunidade de Barbados estaria participando por consulta ou por incentivos, que são níveis baixos de participação, segundo e terceiro, respectivamente, de sete possíveis. Na classificação de Brunce *et all.* (2000) a participação seria por consulta, o nível mais baixo de três possíveis. Mas cabe neste momento questionar a aplicabilidade desta última tipologia de participação para comunidades tradicionais ou para as comunidades da região de estudo, já que o nível mais baixo pressupõe envolvimento no processo. É necessário um estudo que aprofunde mais na aplicabilidade das tipologias para as comunidades tradicionais e para o processo de elaboração do Plano de Manejo, e talvez, ainda que a de Pretty (1995) se demonstrou adequada para este estudo.

Como diz o chefe do PNS em entrevista, cada comunidade possui características específicas e reações diferenciadas quanto à participação, e por este motivo os gestores devem utilizar metodologias apropriadas para a compreensão do espaço e dos recursos utilizados pela comunidade, em um esforço por parte do ICMBio de entender a realidade ciente das limitações dos comunitários em reuniões formais. Portanto, o DRP, que é utilizado pelo órgão, é uma metodologia participativa, mas que está diretamente influenciada pelo facilitador das atividades, que pode ter influência sobre as opiniões ou conduzir temas e pontos que tenham maior interesse para quem estará gerindo a informação (GEILFUS, 2009).

As ferramentas participativas podem ser usadas com o objetivo de coletar dados das comunidades para os gestores, ou para a comunidade exercer o seu “empoderamento” e valorizar o conhecimento tradicional, como é idealizado na obra de Chambers (1994), a mesma referência utilizada para o Diagnóstico Socioeconômico. Portanto, deve-se ter muito claro para a comunidade: como, para

quem, e por que devem ser coletados dados nas comunidades, já que elas demonstram desconfiança e alteram o discurso de acordo com quem estão falando, independente da abordagem participativa, devem ser respeitados pelo facilitador os princípios do diálogo.

Para fazer a análise dos conflitos, foi feito um resumo extraído as principais queixas dos comunitários em relação aos atores sociais envolvidos, e expressas em uma tabela (Quadro 3). É muito importante considerar as causas dos conflitos a partir da percepção dos comunitários, pois podem dar pistas de como solucioná-los e ainda identificar possíveis interações que estejam amplificando os conflitos ou mascarando por serem representados em atores sociais que não são os causadores primários.

A relação dos conflitos com a percepção da comunidade sobre o processo do Plano de Manejo pode explicar porque os mecanismos de resolução não estão funcionando, ou porque a comunidade não está se apropriando do processo de elaboração do Plano de Manejo. Tanto as queixas como reivindicações devem ser consideradas para que o processo construa uma relação positiva entre os atores sociais envolvidos a partir da busca incessante de resolver os principais conflitos que não permitem o desenvolvimento participativo do Plano de Manejo.

Os conflitos evidenciados através das entrevistas com o chefe do PNS e a comunidade de Barbados, e ainda as observações participantes na comunidade permitiram constatar todas as conclusões de Kassebohmer (2007) apresentadas na contextualização de Guaraqueçaba, se referindo às outras comunidades, mas que se aplicam ao caso de Barbados.

Nessa análise dos conflitos foram identificados (Quadro 3) os principais atores envolvidos no uso e apropriação do espaço: a Associação de Moradores de Barbados, a Gestão do PNS (ICMBio), a Prefeitura de Guaraqueçaba, Universidade, empresas turísticas e turistas. Considerando que todos os atores citados possuem algum conflito, de maior ou menor grau, foi feita uma tabela para explicitar os motivos que mantém o conflito pela percepção dos moradores de Barbados.

Dos atores sociais menos importantes para a presente análise os turistas e a empresas de turismo não entraram na discussão por necessitar de uma análise mais profunda sobre os impactos do turismo na comunidade e os cenários possíveis para a implementação do turismo de base comunitária.

Atores	Comunidade de Barbados
<b>Gestão do PNS (ICMBio)</b>	Acentua os conflitos; falta de esclarecimento das leis (Plano de Manejo); os espaços de participação não são acessíveis; falta do reconhecimento como População Tradicional.
<b>Prefeitura de Guaraqueçaba</b>	Falta de Infra-estrutura (saneamento, saúde, educação, energia, segurança, etc); promessas políticas através da compra de votos.
<b>Agentes Externos (Ongs/governamentais)</b>	Descontinuidade dos projetos; abordagens que desconsideram a apropriação pela comunidade.
<b>Universidade</b>	Falta de retorno das pesquisas; apoio com o conhecimento gerado.
<b>Turistas</b>	Falta de ordenamento do turismo; desvalorização dos serviços (custo baixo); especulação imobiliária; aumento do lixo.
<b>Empresas de Turismo</b>	Turismo convencional ("predatório")
<b>Associação de Moradores de Barbados</b>	Falta de organização comunitária; desarticulação dos mutirões; diversas demandas mas sem iniciativas.

**Quadro 3.** Atores sociais em conflito e os motivos percebidos pela comunidade de Barbados. Fonte: o autor (2013).

Talvez pareça impróprio colocar a comunidade de Barbados em conflito com a Associação de Moradores de Barbados, mas foi necessário já que muitos comunitários reclamam da ineficiência da instituição para solucionar os conflitos internos da comunidade, como também o fraco poder de coesão social. Esta última afirmada por festas, lendas, simbologia mítica e a religião, porém a coesão social não é responsável por resolver os conflitos. Mas à medida que os processo de reprodução ecológica, social, econômica e cultural funcionem, fundamentam sociedades sustentáveis (DIEGUES, 2001a).

Portanto, temos que as principais críticas ao ICMBio são referentes às discussões já trabalhadas e que muitas queixas confundem com atribuições da prefeitura de Guaraqueçaba ou mesmo relacionam o ICMBio como responsável por todas as restrições ambientais que incidem sobre os recursos. A posição central do órgão gestor no centro dos conflitos não é ao acaso, já que:

“A contextualização destes grupos está muito relacionada à criação conflituosa de UCs em seus territórios, o que acaba por reduzir a discussão a este âmbito, induzindo para leituras focadas nas práticas “sustentáveis” ou não destes grupos - como se isso lhes desse ou não o direito à permanência nestas áreas. Neste sentido, pode ser que o viés utilizado

atualmente por muitos pesquisadores esteja levando em conta uma comunidade tradicional reificada, sem dar espaço a uma leitura de sua dinâmica social dentro de um contexto de uma sociedade capitalista” (DUARTE, 2013, p.193).

Tanto a legislação como a forma com que os instrumentos legais estão operando ainda deve amadurecer, se deve ainda, trabalhar os espaços formais para que contemplem as formas tradicionais de reger os usos e de tomar decisões, para que órgão gestor não desempenhe o papel de amplificador dos conflitos, quando sobrepõe a legislação ambiental sobre a cultural, ou ao contrário (MARANGON & AGUDELO, 2011).

Modesto (2002) constata que quando se trata da administração pública existem diversos instrumentos processuais para operacionalizar a participação pública, mas ainda a mesma é faltosa. Esta falta de participação pode ser superada quando há esclarecimento das dimensões não normativas e a exploração mais cuidadosa das normas já existentes.

Como destaca Duarte (2013, p. 196), “se a participação fosse realmente desejada os conselhos destas UC’s seriam deliberativos, ao invés de serem consultivos e, ainda, ter-se-ia como base uma democracia horizontalizada, e não verticalizada como é atualmente.” Alternativas para solucionar os conflitos devem ser realmente encaminhadas com caráter de urgência, já que os conflitos socioambientais caminham no sentido de degradação dos recursos naturais (KASSEBOHMER, 2007).

Cabe aos atores sociais envolvidos (Quadro 3) construir uma rede que favoreça o diálogo e a construção de alternativas para a resolução dos conflitos e a qualificação da participação nos processos de gestão. Como propõe Cunha (2011), trata-se de uma reinvenção da tradição absorvendo experiências modernas ancoradas em uma nova racionalidade socioambiental e na dimensão do sensível, em um diálogo entre tempos, saberes e formas diferentes de expressões societárias.

No Quadro 4 foram separados os temas que conflitam as percepções entre o órgão gestor da UC e da Comunidade de Barbados. Os temas mais relevantes foram extraídos dos resultados da pesquisa e demonstraram ser objeto de estudo mais aprofundado quando se trata de populações tradicionais.

Temas	Gestão do PNS	Comunidade de Barbados
Apropriação do espaço geográfico	Propriedades (pública e privada)	Território (propriedade comunitária)
Ambiente de uso pelas Comunidades	Principalmente Aquático	Aquático e Terrestres são complementares
Mecanismos de resolução dos conflitos	Conselho Consultivo, Plano de Manejo e Termos de Compromisso	Ética local (o respeito, a origem familiar e de nascimento) Práticas Tradicionais (sociais, culturais, ecológicas e religiosas)
Participação	Representação (formal)	Lideranças (informal)
Concepção das regras de conservação	Técnico-Científica	Conhecimento Tradicional

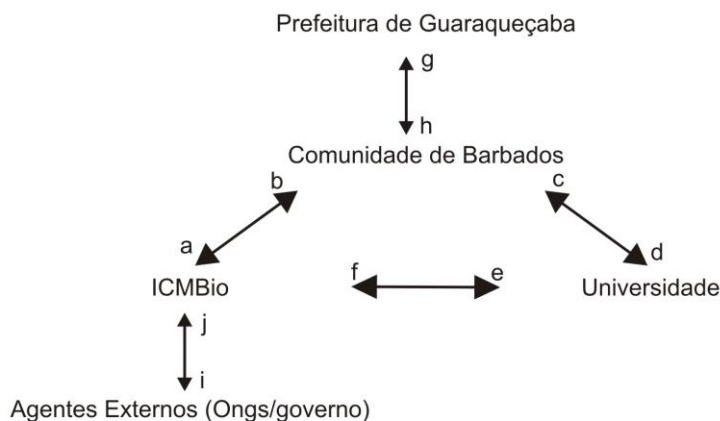
**Quadro 4.** Temas conflitantes na percepção da Gestão do PNS e da Comunidade de Barbados.

Fonte: o autor (2013).

A análise de cada tema e como podem dialogar as percepções entre os atores é a parte que cabe aos encaminhamentos prioritários da gestão participativa desta UC, é perceptível as diferenças de visão de mundo e das soluções possíveis. A resolução deste conflito não se resume a uma análise de pesquisa que aponte soluções técnicas, mas sim em um processo contínuo de longo prazo que objetive a participação, como meio e fim, de conquistar a confiança recíproca e cooperação destes atores no desempenho efetivo da conservação da natureza.

Para contribuir com a proposta de rede entre os atores a ser construída, optamos por esquematizar em um modelo hipotético (Figura 4) as conexões possíveis que permitem uma troca de ações que retroalimentem um processo participativo contínuo e que objetivem o desenvolvimento local, na comunidade de Barbados, adequado aos propósitos da conservação.

## Modelo hipotético de conexões institucionais com a Comunidade de Barbados



Fatores que contribuem para a relação positiva dos atores:

- a. Diálogo e autonomia.
- b. Gestão participativa do território e dos conflitos.
- c. Projetos/Programas de Extensão Universitária.
- d. Diagnóstico de demandas e Conhecimento Tradicional.
- e. Demanda de Pesquisas.
- f. Suporte técnico e científico.
- g. Eleitorado.
- h. Infra-estrutura.
- i. Demanda local de qualificação profissional.
- j. Alternativas de desenvolvimento local

**Figura 4.** Modelo hipotético de conexões institucionais e fatores que mantêm a relação positiva.

Fonte: o autor (2013).

Neste modelo está apenas uma exemplificação do funcionamento das conexões, onde as setas indicam o que os atores devem propiciar uns aos outros, ou seja, os resultados dos esforços de gestão que geram reflexões (“feedbacks”) e reorganização das regras de manejo sustentável dos recursos comuns (BERKES, 2005).

No centro do Modelo está a comunidade, pois é o foco de estudo, o que não limita a possibilidade de outras conexões ou fatores a serem incluídos no modelo. Como por exemplo, a conexão direta das comunidades locais com o nível nacional dos Ministérios (do Meio Ambiente, da Pesca e da Aqüicultura e Público), ou mesmo a conexão da organização social de Barbados com outras associações locais (MOPEAR, Associação de Moradores, de Artesanato, e etc.) ou mesmo ONGs. Berkes et al. 2005, nomeia as múltiplas conexões, em diversos níveis de território (local, regional, nacional e internacional) como conexões transescalares para a gestão dos recursos naturais.

Por exemplo, na Figura 4, a comunidade de Barbados deve demonstrar autonomia e disposição ao diálogo (a) para o ICMBio, assim como este último deve proporcionar os espaços e instrumentos para a gestão participativa do território e dos conflitos (b). Outro exemplo cabível é que a comunidade de Barbados pode propiciar um diagnóstico de demandas e ainda contribuir com seu conhecimento tradicional para o desenvolvimento das pesquisas em Universidades, assim como, estes últimos podem contribuir através de Projetos e Programas de Extensão Universitária, orientados pelas demandas locais, recrutando recursos materiais e humanos.

Este exercício é uma forma de demonstrar o grande potencial que envolve os atores envolvidos na problemática e que fazem parte de uma rede de conflitos. Essas conexões entre instituições podem ser constantemente avaliadas e reformuladas através de:

“Um fórum permanente de troca ou permuta de idéias e experiências entre o saber patrimonial do pescador e o saber científico baseado nas ciências da complexidade que incorpora a ciência da tradição, numa circulação dialógica, poderá gerar propostas ou programas concretos que levem à melhoria das condições de vida das populações tradicionais; conduzindo-as a um modo auto-sustentável de re-apropriação da natureza em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais” (CUNHA, 2011, p.12).

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da metodologia do trabalho foi utilizada a percepção da comunidade de Barbados, da revisão documental e bibliográfica sobre o processo participativo para avaliar a legitimidade dos produtos do Plano de Manejo.

Os instrumentos em si não garantem a participação necessária para a gestão eficiente e sustentável, tanto nos produtos elaborados quanto na opinião oficial, o processo não está sendo legítimo para a Comunidade de Barbados, pois as informações que contém no *Relatório Preliminar Socioeconômico do Plano de Manejo do PNS*, não estão destacando com a devida importância a auto-identificação de Comunidade Tradicional e o reconhecimento do seu território, respeitando os usos terrestres e aquáticos.

Ainda que as comunidades demonstrem uma organização tardia para tal reconhecimento, cabe ao órgão gestor a articulação legal para que isso se consolide. É possível que, em momento futuro do planejamento e zoneamento, seja realmente considerado os usos e os territórios tradicionais, mas cabe questionar a metodologia que será utilizada para este estudo e se realmente estes instrumentos resolverão o conflito. Considerando que tais conflitos são um processo histórico-cultural em transformação e com uma trajetória específica dessa região de estudo, para a análise aprimorada dos conflitos aqui identificados é necessário relacionar os múltiplos fatores e atores em interação para encontrar as soluções ideais.

Importante lembrar que as considerações feitas até este ponto não podem ser utilizadas para generalizar todo o processo de elaboração do Plano de Manejo, portanto para a confirmação das considerações é necessário o monitoramento de todas as etapas até a conclusão do mesmo, através da coleta de mais informações por diferentes técnicas da pesquisa participativa em um período maior de tempo. Para o aprimoramento da análise os próximos estudos devem integrar a visão dos arranjos institucionais e uma análise mais detalhada sobre as formas de apropriação dos recursos naturais, incluindo outras comunidades e partindo das abordagens participativas de pesquisa.

Para a compreensão aprofundada sobre os usos dos recursos, as regras e tomadas de decisão no âmbito comunitário; e ainda de que forma estes aspectos são organizados ou não, pela coesão das comunidades é necessário adaptar a metodologia com técnicas participativas diferenciadas.

Para estudos que dêem continuidade a este, algumas questões devem ser consideradas como: Que critérios poderiam ser adotados pelo ICMBio para garantir que a participação seja efetiva? Qual nível de participação é esperado pelo órgão gestor e qual nível que a comunidade quer participar? Quais elementos existem em Barbados que se fortalecidos a direcionam para a sua autonomia? A baixa participação no processo é justificada pela falta de abertura, acessibilidade e identificação nos espaços formais de gestão ou pela falta de coesão social da comunidade? Os instrumentos formais disponíveis para resolução de conflitos (Plano de Manejo e Termo de Compromisso) com as comunidades tradicionais tem se demonstrado adequados? O que é a apropriação comunitária em um tempo em que as comunidades tradicionais interagem (mais ou menos) com um modo de

produção capitalista, que é questionado por uma proposta de desenvolvimento sustentável ainda distante da realidade do litoral?

É necessária a tomada de consciência e compromisso de todas as partes envolvidas na crise socioambiental. Através de diálogo encontrar as soluções viáveis da interação dos saberes, quando todos se tornam partes da solução.

Portanto, a resolução dos conflitos não é algo distante quando os interesses convergem e resultam em tomadas de decisão legitimadas pela participação e em ações coordenadas e integradas para conservar a cultura e a natureza do local. Tais resoluções serão conseqüentes de uma nova concepção em que a cooperação é a premissa do desenvolvimento coerente com a realidade específica das comunidades tradicionais.

## 8 REFERÊNCIAS

- ALVAR, J. & ALVAR, J. Guaraqueçaba: Mar e Mato. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1979.
- ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. 242 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.
- ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. 294p. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Boll & Relume Dumará: 2004.
- ASMUS, M. L.; KITZMANN, D. I.; LAYDNER, C. Gestão costeira no Brasil: estado atual e perspectivas. **ECOplata, Programa de Apoio a la Gestión Integrada en la Zona Costera Uruguay**, Versão Preliminar, Montevideo, 2004.
- BERKES, F. **Sacred Ecology: Tradicional ecological knowledge and resource management**. Philadelphia and London: Taylor and Francis, 1999.
- BERKES, F. Sistemas Sociais, sistemas ecológicos e apropriação. In: VIEIRA. P. F.; BERKES, F.; SEIXAS. C.S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais. Conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: APED e SECCO, p. 47-72, 2005.
- BERKES, F. Conexões Institucionais Transescalares. In: VIEIRA. P. F.; BERKES, F.; SEIXAS. C.S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais. Conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: APED e SECCO, p. 294-332, 2005.
- BORSATTO, R. S.; OTTMANN, M. M. A.; FONTE, N. N. da; CIDADE JÚNIOR, H. A.; ALANO, E. R. C.; CAVALLET, V. J. Problemas Agrários do Litoral Paranaense: abordagem histórica. **Scientia Agraria**, Curitiba, v.8, n.4, p. 421 – 430, 2007.
- BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília – DF. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>, Acesso em: 31/07/2012.
- BRASIL. Decreto n. 5.758, de 13 de abril 2006. **Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP**. Brasília – DF. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>, Acesso: 31/07/2012.
- BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Brasília – DF. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>, Acesso: 31/07/2012.
- BRASIL. Decreto n. 5.051, de 10 de abril de 2004, promulga a **Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. Brasília – DF. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> Acesso em: 01/10/2013.

BUNCE, L.; POMEROY, R.; POLLNAC, R.; TOWNSLEY, P. **Socioeconomic manual for coral reef management**. IUCN - The World Conservation Union. Townsville: Australian Institute of Marine Science, 2002.

CHAMBERS, R. Participatory Rural Appraisal (PRA): Analysis of experience. **World Development**, Philadelphia, v. 22, n. 9, p. 1253-1268, 1994.

CULTIMAR. Recursos Naturais da Vida Caiçara. GIA, 2008. Disponível em: <[www.cultimar.org.br](http://www.cultimar.org.br)>. Acesso em: 30/07/2012.

CUNHA, L. H. O. **Ordens e desordens socioambientais - saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense**. 207 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CUNHA, L. H. O. Tradição e modernidade: novo encontro para a construção de sociedades sustentáveis. **Sustentabilidad (es)**, n. 2. Universidad de Santiago, Chile: 2011. Disponível em: <http://www.sustentabilidades.cl/Revista/revista/index.php/sus/article/view/50>. Acesso em: 13/10/2013.

DELAMARRE, A. **La prospective territoriale**. Paris: Délégation à l'aménagement du territoire et à l'action régionale, La Documentation française, col. Territoire en mouvement, 110 p., 2002.

DENARDIN, V. F.; LOUREIRO, W.; SULZBACH, M. T. Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 184 - 198, mai/ago. 2008

DIEGUES, A.C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001a.

DIEGUES, A.C. Traditional Fisheries Knowledge and Social Appropriation of Marine Resources in Brazil. Painel apresentado na Conferência do Mar, "**People and the Sea**", Amsterdam, Agosto-Setembro, 2001b.

DIEGUES, A.C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: Diegues, A. C. e Moreira, A. C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001c.

DIEGUES, A.C. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata Atlântica. p. 135-158. In: Simões L.L. & Lino C.F. **Sustentável Mata Atlântica – A exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: SENAC, 2002.

DUARTE, L. A. **Argonautas do Superagui: Identidade, Território e Conflito em um Parque Nacional Brasileiro**. 211 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental)- MPPT/FAED/UEDESC. Florianópolis, 2013

DIEGUES, A. C. Marine protected areas and artisanal fisheries in Brazil. **SAMUDRAS Monographs**. Índia: ICSF. 2008.

FARACO, L. F. D. **Vulnerabilidade de pescadores paranaenses às mudanças climáticas e os fatores que influenciam suas estratégias de adaptação.** 260 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 2012.

FEENY, D.; BERKES, F.; McCAY B. J.; ACHESON J. M. A Tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: Diegues, A. C. e Moreira, A. C. **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

FREIRE, P. **Uma educação para a liberdade.** Porto: Textos Marginais, v. 18975, 1974.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 41ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Unicamp, 2001.

GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo.** 8.ed. San José: IICA, 2009.

IBAMA. Cadastro de Pescadores, MMA, Brasília, DF, 2003.

IBASE. Gestão Participativa em unidades de conservação. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro: IBASE, 2006. Disponível em: <[www.ibase.br](http://www.ibase.br)> Acesso em: 30/04/2012.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Instrução Normativa nº 26 de 4 de Julho de 2012. Diário Oficial da União nº130/2012. p. 84-85. Disponível na internet: <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=06/07/2012&jornal=1&pagina=84&totalArquivos=256>. Acesso em: 14/11/2013.

IPARDES. **Diagnóstico Ambiental de Guaraqueçaba.** Versão revista do trabalho de macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba. Curitiba: IPARDES. 1995.

IPARDES. **Caderno Estatístico do Município de Guaraqueçaba.** Curitiba: IPARDES, 1998.

IPARDES. **Zoneamento da APA de Guaraqueçaba.** Curitiba: IPARDES, 2001.

IPARDES. **Zoneamento Ecológico Econômico da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.** Versão preliminar. Convênio IPARDES/IBAMA. v. 1. Curitiba: IPARDES, 1997.

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. **Diagnóstico e Planejamento Participativo local: Construção de Diretrizes para a Organização Comunitária.** 60 p. Relatório de Prestação de Contas Final. Nazaré Paulista: IPÊ, 2006.

KASHIWAGI, H. M. **Representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui**: a homonímia sígnica da paisagem em áreas preservadas. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Curitiba, 2011.

KASSEBOHMER, A. L. **Restrições e Impactos da legislação ambiental aplicada no município de Guaraqueçaba**. 133 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

KELLEHER, G & KENCHINGTON, R. Guidelines for Establishing Marine Protected Areas. A marine conservation and development report. v.7. Gland, Switzerland: IUCN, 1992. p. 79

LICHTSTEINER, N. Memória e narrativa através das cartas de William Michaud (1848–1902). **Revista de Monografias de História**. n. 2. Universidade Tuiuti do Paraná. 2008.

LANA, P. C.; MARONE, E; LOPES, R. M.; MACHADO, E. C> The subtropical estuarine of Paranaguá Bay, Brazil. In: **Coastal Marine Ecosystem of Latin America Ecological Studies**. V. 144. 2001. p. 131–145.

LANA, P. C. Manguezais, legislação e gestão de áreas costeiras: o caso da Baía de Paranaguá. In: VIEIRA, P. F. (Ed.) observação da biodiversidade biológica e cultura em zonas costeiras. Florianópolis: Aped, 2003, p.313-331.

LIMONT, M. **Educação e Participação Social na APA de Guaraqueçaba**: a capacitação como possibilidade na mediação de conflitos ambientais. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MARANGON, M.; AGUDELO, L. P. P. Comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba: entre diálogos e conflitos. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Encontro da ANPPAS**. São Paulo: ANPPAS, 2004. p. 1-17.

MARANGON, M.; AGUDELO, L. P. P. Uso da Paisagem e Conservação: Tensões Socioambientais e Diálogo de Saberes em UCs. **Revista Educação & Tecnologia**, Periódico Técnico Científico dos Programas de Pós-Graduação em Tecnologia dos CEFETs PR/MG/RJ. n. 8, 2011. Disponível em: <[revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1140](http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1140)>. Acesso: 10/07/2013.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 41-64, 2006.

MEDEIROS, R. P. **Possibilidades e obstáculos à co-gestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais: estudo de caso na área da baía de Tijucas, litoral centro-norte do estado de Santa Catarina, no período de 2004 a 2008**. 337 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, SC, 2009.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Gestão Participativa no SNUC**. Brasília: MMA, 2004. 206 p.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil**. Brasília: MMA, 2008. 242 p.

MODESTO, P. Participação popular na administração pública. Mecanismos de operacionalização. **SADireito**, v. 4. Fevereiro de 2002. Disponível em: <[www.sadireito.com.br/index.asp?lr=area.asp&area=5&texto=416](http://www.sadireito.com.br/index.asp?lr=area.asp&area=5&texto=416)>. Acesso em: 28 ago de 2013.

OLIVEIRA, I. A. de. **Gestão de conflitos ambientais: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Praia da Pinheira – SC**. 269 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PEDROSO JUNIOR, N. N. **Etnoecologia e Conservação em Áreas Naturais Protegidas: incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional do Superagüi**. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

PIMBERT, M. P. & PRETTY, J. N. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de Áreas Protegidas. (p. 183-223) In: DIEGUES, A. C. (orgs.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: NUPAUB-USP. 2000.

POLICARPO, M. A.; SANTOS, C. R. Proposta metodológica de uma gestão integrada e participativa dos recursos naturais de uso comum: a contribuição da análise de trade-off. **Revista de estudos ambientais**, Blumenau, v.10, n.2 p. 71-87, 2008.

PRETTY, J. N. Participatory learning for sustainable agriculture. **World Development**. V. 23, n. 8, p. 1247-1263, 1995.

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: Teoria e Prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.184p.

SANTOS, M. A. O Diálogo de Saberes e as Culturas Tradicionais: pensando sobre o manejo em unidades de conservação de uso sustentável. **Encontro Nacional de Extensão e Cultura**. Universidade Federal da Bahia, 2008.

SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão dos recursos naturais. p 73-105. In: BERKES, F.; SEIXAS, C. S.; VIEIRA, P.F. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: Conceitos, Métodos e Experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

SERAFINI, T. Z. **Limites e possibilidades para a construção da gestão compartilhada da pesca marinha - estuarina: estudo de caso do sistema socioecológico pesqueiro da Baía da Babitonga - SC**. 271 f. Tese (Doutorado em

Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SPÍNOLA, J. L. **Participação e Deliberação na RESEX Marinha de Pirajubaé (SC)**. 208 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SPVS. **Plano Integrado de Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil**. v. 1. Curitiba, 1992. 83 p.

TONGCO, M.D.C. Purposive sampling as a tool for informant selection. **Ethnobotany Research & Applications**. v.5: p. 147-158. 2007.

UNEP-WCMC. Annual report on protected areas: a review of global conservation progress in 2007. Cambridge, UK, 2008. 36p.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C.; ANDION, C. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina. p. 289-328. In: **Desenvolvimento Territorial Sustentável: subsídios para uma política de fomento**. Ed: UFSC, 2006.

VON BEHR, M. F. **Homem e Ambiente em Guarakessaba, Paraná. Passado, presente e futuro**. 181 f. Tese (Pós-Graduação em Ecologia Humana) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 1991.